



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

22ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/2023

LOCAL: Igreja Batista Palavra Viva – Av. Mofarrej, 1023

DATA: 13 DE MAIO DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Presentes a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, Vereador Fabio Riva, Vereador Coronel Salles e Vereador Rodrigo Goulart, que presidirá esta audiência pública.

Na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro os abertos os trabalhos da 28ª Audiência Pública de 2023, sendo a 22ª audiência sobre o PL 127/2023, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu Art. 4º, tendo como tema Audiência Pública Regional Oeste.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, também no canal da TV Câmara São Paulo no YouTube e no Facebook da Câmara Municipal de São Paulo. Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 27/4 no *Diário Oficial da Cidade*; nos dias 27/4 e 5/5 no jornal *O Estado de S.Paulo*, e nos dias 28/4 e 5/5 no jornal *Folha de S.Paulo*. As inscrições para pronunciamento podem ser feitas neste momento na secretaria da Comissão, à nossa esquerda, à direita de quem olha para a mesa.

Foram convidados para esta audiência os Srs. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representado pelo Sr. Fernando Henrique Gasperini, Diretor de Planurb; Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; Sra. Aline Torres, Secretária Municipal de Cultura; Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito; João Siqueira de Farias, Secretário Municipal de Habitação; Carlos Alberto Bezerra Júnior, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Sra. Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; Coronel Marcus Vinicius Valério, Subprefeito da Lapa, representado pelo Subprefeito Ismar Marcílio de Freitas Neto; Leonardo Casal Santos, Subprefeito de Pinheiros; Sra. Joseane Possidonio, Subprefeita do Butantã; Dr.

Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça, Secretário do Ministério Público do Estado de São Paulo, e Dr. Florisvaldo Antônio Fiorentino Júnior, Defensor Público Geral, Defensoria Pública Geral.

Agradeço a presença da Sra. Patrícia Saran, Coordenadora de Participação de SMUL; do Sr. Sérgio Branco, assessor do Vereador Adilson Amadeu, e do Sr. Sidney Lance, assessor do Vereador Coronel Salles.

E agradeço muito a honrosa participação, sempre nos cedendo este belíssimo espaço, que impressiona todos que vêm aqui pela primeira vez, da Yah Church, do Sr. Lamartine Posella, Pastor Presidente da Yah Church, e o Sr. Daniel Brandão. Agradecemos muito pela cessão deste espaço muito importante para nós. Muito obrigado, Daniel.

Convido o Sr. Fernando para fazer a apresentação, para iniciarmos a nossa audiência.

Convido o Sr. Ismar, Subprefeito da Lapa, para compor a Mesa; e os demais subprefeitos também, assim que chegarem, comporão a Mesa conosco.

Por favor, Fernando.

O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI – Bom dia a todas e todos.

Meu nome é Fernando, trabalho na Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. Trouxemos uma breve apresentação, como temos feito nas demais audiências, do panorama da revisão do Plano Diretor no Poder Executivo.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI – A revisão intermediária do Plano Diretor estava prevista no atual Plano Diretor, que foi aprovado em 2014 e tem vigência de 15 anos, até 2029. É uma revisão que visa ao aprimoramento do Plano Diretor. Todos os objetivos e diretrizes do atual Plano Diretor são mantidos, os conceitos. Houve uma avaliação, um diagnóstico da Prefeitura em relação às questões que não funcionaram como deveriam, e isso

serviu de base para a discussão ao longo dos três anos que durou a revisão.

Essa é a linha do tempo. A revisão intermediária teve três etapas. Em cada etapa tivemos diversos canais de participação: canais *on-line*, canais presenciais. No início da revisão ainda estávamos no período de pandemia. Tivemos discussões com os conselhos municipais, com os conselhos participativos das subprefeituras, oficinas nas subprefeituras também. Em cada etapa nós tivemos uma série de documentos técnicos, relatórios que serviram de apoio a todo o processo de discussão com a população.

Somente na Etapa 3, a última etapa da revisão, recebemos cerca de 4.400 contribuições que foram classificadas e organizadas de acordo com os assuntos de que tratavam. E os canais *on-line* foram os que tiveram o maior número de contribuições.

Esse *slide* mostra os assuntos que tiveram o maior número de contribuições. O primeiro, de áreas verdes; o segundo, os eixos de estruturação da transformação urbana; terceiro, sobre o sistema de planejamento e as instâncias de participação.

É um processo que vai gradativamente sendo aprofundado a partir de um diagnóstico definido. Foi definido o escopo da revisão, foram feitas discussões com diversas secretarias municipais para o aprimoramento da legislação do Plano Diretor, até a definição de uma primeira versão do projeto de lei que serviu de base para a última etapa de discussão, até a elaboração da versão final do projeto de lei que foi encaminhado para a Câmara Municipal.

O projeto de lei de revisão do Plano Diretor tem 75 artigos divididos em 12 capítulos. Essa é a estrutura do atual Plano Diretor, dividida em cinco títulos e diversos capítulos. Os três capítulos que têm o maior conjunto de assuntos, que tratam do maior conjunto de assuntos, são o capítulo de Ordenação Territorial, o de Políticas e Sistemas Urbanos Ambientais e o de Gestão Democrática.

Ilustrando a mesma estrutura do Plano Diretor, esse *slide* traz os assuntos tratados na revisão do Plano Diretor. Como é uma revisão que visa ao aprimoramento do Plano, o Título 2, que trata dos instrumentos de política urbana e gestão ambiental é o capítulo que tem o maior conjunto de assuntos; e o Título 3, das políticas e sistemas urbanos e ambientais também tem

bastante assunto, tratado pela minuta.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Fernando.

Gostaria de pedir à secretaria que traga os primeiros inscritos, lembrando que as inscrições continuam abertas à esquerda da mesa.

Pergunto se algum dos vereadores gostaria de fazer uso da palavra neste momento.

(Pausa) Os vereadores falarão ao final.

Primeira inscrita, Sra. Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira, da Avive, Associação Vila Que Te Quero Verde.

A SRA. LAVÍNIA JUNQUEIRA – Bom dia. Muito obrigada a todos os vereadores, secretárias, secretários.

Meu nome é Lavínia, sou Presidente da Avive, Associação Vila Que Te Quero Verde.

Nós representamos mais de 30 condomínios e associações na região da Vila São Francisco. É uma região maravilhosa perto da USP, tem uma floresta de 60 hectares, uma floresta urbana no meio da Cidade. Essa floresta está ameaçada agora.

Nós tivemos um evento em que inclusive falamos para a Subprefeita que houve corte de árvores numa rua que está protegida por liminar judicial. Essa floresta protegida pelo Decreto 30.443, de 1989, que diz que as árvores são imunes ao corte. Então é uma área verde reconhecida no GeoSampa como bosque superpreservado com Mata Atlântica. Mas no Mapa 5 deste Plano Diretor ela não está indicada como área protegida, então existe um erro, que a gente vê como um erro porque, pela legislação atual, essa área já é protegida. E ela é tão relevante que recentemente o Condephaat publicou um estudo de tombamento dessa área. Então nós vamos pedir a alteração do Mapa 5 para que a área da floresta da Vila São Francisco seja reconhecida como protegida; área verde protegida não custa um centavo.

Nós fizemos outro pedido que é para a área do Parque dos Príncipes e da Vila São Francisco serem reconhecidas no Mapa 1 como Macrozona de Conservação Ambiental. Isso se justifica porque são 12 nascentes, é uma área com vegetação tal qual a do Parque Jequitibá, faz

um corredor ecológico entre o Parque Jequitibá e a USP e já está protegida com baixo adensamento ambiental. A área do lado, que é a área da Raposa Tavares, que também é Macrozona de Conservação Ambiental, não tem os atributos ambientais que a nossa área tem; também não custa um centavo e é para garantir que esse perfil de baixo adensamento ambiental seja mantido no bairro.

E nós fizemos um terceiro pedido: ampliação do Parque Colinas de São Francisco com essa floresta urbana. Aí, sim, custa, não passou no Conselho Municipal, custaria. A gente até entende que esse terceiro pedido não possa ser considerado agora, nessa revisão, por falta de orçamento, porque esse custa.

Agora, os outros dois não custam um centavo e faz todo sentido porque já existe uma legislação que está deixando de ser consolidada no Plano Diretor. Esse tema já é objeto de ação civil pública, então vamos evitar contenciosos e fazer leis que realmente orientem a ocupação urbana sem deixar as pessoas em litígio. É isso que a gente vem pedir, que o Decreto 30.443, de 1989, seja refletido no Mapa 5 do Plano Diretor, no mínimo; e que o Mapa 1 reconheça que a nossa região é muito importante para o Município.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Lavínia.

Karin Eder, Avive - Vila Que Te Quero Verde.

Lembrando que as inscrições continuam abertas e que o tempo regimental para o pronunciamento é de três minutos.

A SRA. KARIN EDER – Bom dia. Obrigada pela oportunidade de falar aqui hoje.

Meu nome é Karin Eder, sou voluntária da Avive, Associação Vila Que Te Quero Verde, sou moradora da Vila São Francisco há dez anos e uma admiradora e ativista da proteção da mata que temos lá. Amanhã é Dia das Mães, minha mãe é bióloga e vem dela a consciência ambiental, que é uma coisa que eu tenho desde pequena. Eu tenho dois filhos, então tenho uma consciência ainda maior de que não quero deixar uma casca seca e fumegante para as próximas gerações. A proteção ambiental é muito importante nessa emergência climática.

Sobre a área da Vila São Francisco, tem um projeto de estudo de tombamento do Condephaat, como a Dra. Lavínia falou; também é uma área protegida pelo Decreto Estadual 30.443/1989, que considera as árvores da região imunes ao corte pelo valor paisagístico e ambiental. A área também está no GeoSampa como um bosque relevante de proteção e o reconhecimento do Secretário, inclusive formalizado por escrito, de que as áreas verdes daquela região são APPs. Então atualizar o Mapa 5 e o Mapa 1 para que a região que abriga 12 nascentes e que protege as áreas próximas, como a Politécnica, de enchentes, é muito relevante para isso, nada mais é do que reconhecer o que já temos na legislação.

Também tem uma questão que me incomoda, como cidadã, que é a compensação ambiental. Você corta uma floresta, “ah, mas a gente planta seis vezes mais”. Só que a floresta que nós temos na Vila São Francisco é uma floresta que comprovadamente temais de 40 anos, tem remanescentes do bioma da Mata Atlântica e não faz sentido tirar uma mata dessas e plantar mudas que talvez, daqui a 40 anos, estejam no mesmo estágio de desenvolvimento. A gente não tem esse tempo para esperar.

Gostaria de finalizar com uma percepção minha, como cidadã. Não sou advogada, mas eu leio muito, tento entender como funcionam as leis e tenho uma percepção pessoal sobre a lei de outorga, que basicamente diz que uma região tem um limite de adensamento populacional, um limite ambiental, um limite de estrutura, e que esse limite não deve ser ultrapassado porque vai degradar o ambiente como um todo. E aí junto com essa lei existe a outorga onerosa que fala “ah, mas aí você paga, você investiu em infraestrutura, não sei o quê”, mas essa outorga onerosa nada mais é do que admitir que, se você tem dinheiro, você não precisa seguir a lei. Então eu acho que em áreas de preservação essa possibilidade tem de ser revista.

Obrigada. Bom sábado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Karin.

Marjorie, do Pró-Pinheiros.

A SRA. MARJORIE IMAE – Bom dia.

Meu nome é Marjorie Imae, dou do Pró-Pinheiros e também represento o quadrilátero Vilas do Sol.

Eu gostaria de me manifestar aqui porque, apesar de vocês terem apresentado todos os canais de comunicação, Participe Mais, as oficinas e o telefone, nós não nos sentimos acolhidos nem ouvidos nem adotados pelo Plano Diretor. Tudo foi feito de uma forma muito manipulada – desculpem a sinceridade – para que se pudessem colocar apenas os interesses da Prefeitura aliados aos interesses do setor imobiliário, em detrimento de uma população que está berrando, que está buscando, chegando no Ministério Público, chegando na SMUL para reuniões, porque a gente quer não só ser ouvida, a gente quer ser atendida.

A cidade está crescendo, tem que se adensar, a gente concorda, mas não precisa destruir todas as vilas, todos os espaços que nós, cidadãos que vamos continuar morando nesta cidade para o resto da nossa vida, temos direitos. A gente tem direito a viver com um pouquinho menos de trânsito. A gente tem direito de que um bairro tenha lugares de adensamento e lugares de respiro. Isso não está sendo ouvido.

Vocês falam que vocês estão coerentes com os objetivos da ONU, mas o ODS 1, de erradicação da pobreza, não está, porque subiram montes de estúdios e tem um monte de gente na rua. O ODS 10, que fala sobre redução das desigualdades, não está, porque um bairro de classe média como Pinheiros está virando um bairro superelitizado quando, na verdade, ele deveria atender a interesses sociais. Esses interesses sociais vão ficar muito menos atendidos porque as pessoas que moram na periferia, para chegarem ao Centro, vão pegar um trânsito enorme. Com muitos apartamentos de tantos andares, as pessoas não conseguem chegar, assim como a gente não consegue respirar, além do que na cidade tem chovido 100 milímetros, o que causa mortes e inundações. Isso não está funcionando.

Nesta revisão intermediária, eu gostaria de solicitar para os nossos políticos, para a Câmara, para os Vereadores, que os efetivos anseios da população que não foram ouvidos no telefone do Participe+, muito menos nas oficinas, sejam, de fato, atendidos. Nós vivemos numa democracia.

A nossa luta principal que é o Quadrilátero Vilas do Sol, que foi o início do Pró-Pinheiros e, na verdade, ele é um símbolo para todas as outras vilas que se sentem ameaçadas. Elas devem ser preservadas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Para encerrar, Sra. Marjorie.

A SRA. MARJORIE IMAI - É isso. Eu gostaria, sinceramente que vocês, de fato, atendessem a democracia.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sra. Marjorie.

Como a senhora falou em democracia, é importante que a senhora saiba que recebi ontem o Movimento Pró-Pinheiros, assim como outras entidades. Foi protocolado um documento que acho produzido por vocês, assinado, não sei, as senhoras talvez possam informar com quantas entidades.

Dessa forma, o processo democrático está garantido em todas as nossas discussões. Temos mais de 55, creio que chegará a 60 audiências públicas – não é, Sílvia? – todo processo tem sido muito democrático e se trata de revisão intermediária, de uma legislação que está vigente há nove anos. É importante que deixemos isso bem claro, porque todo e qualquer movimento será ouvido. Aqueles que tiverem contribuição a ser atribuída e aprimorada no texto, podem ter certeza que esta relatoria, esta Comissão e os Vereadores estão responsáveis por isso.

Registro a presença do Sr. Marcelo Viana, Chefe de Gabinete da Vereadora Ely Teruel e o Sr. Leonardo Machado, também assessor do Vereador Adilson Amadeu.

O próximo inscrito é o Sr. Adauto José Durigan, do Fórum Social Vila Leopoldina.

O SR. ADAUTO JOSÉ DURIGAN – Bom dia a todos e todas.

Meu nome é Adauto José Durigan, estou representando o Fórum Social da Vila Leopoldina.

Eu gostaria que os Vereadores prestassem, por favor, atenção na fala. Eu sei que não prestam atenção com os ouvidos, mas também com os olhos é importante.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ADAUTO JOSÉ DURIGAN – Está bom. A gente está aqui não no sentido de discutir alguma coisa em relação ao Plano Diretor atual, o que está sendo revisado, o que vem por aí, em relação ao que foi apresentado na revisão. Nós estamos aqui para levantar algumas questões ligadas ao Plano Diretor de 2014, que afeta diretamente a Vila Leopoldina.

O Vereador Fabio Riva conhece bem um dos mecanismos criado, que se chama MIP Manifestação de Interesse Privado. Em 2016, há sete anos, a empresa Votorantim - que tem representante aqui e vai falar - apresentou uma Manifestação de Interesse Privado que gerou um PIU, o PIU Leopoldina. Na Gestão do Prefeito Covas ele foi encaminhado para a Câmara de Vereadores para construir moradia popular para as comunidades da Linha do Nove e reformar o Cingapura Madeirite. O número do projeto é 428/2019.

Houve uma série de discussões, com várias audiências, de 2016 a 2019. Em 2019, o Executivo mandou para a Câmara de Vereadores. Já tramitou em todas as comissões, foi votado em primeira, porém, o Presidente da Câmara ou a Comissão de Líderes, sentou em cima do projeto e não o coloca em votação em segunda.

Nós estamos questionando por que não foi colocado em votação em segunda para atender às comunidades? É a construção de 853 unidades de apartamentos para resolver o problema de moradia na região, sem custo para a Prefeitura. Foi construído em conjunto, o Vereador Fabio Riva acompanhou desde o começo, conhece bem. Foi discutido em conjunto, mas não foi resolvido até agora.

Só falta votar em segunda, é um projeto do Executivo, do Covas, não é algo de Oposição, de briga e tudo mais. É uma coisa totalmente absurda, absurda.

Parece que eles têm questionamento quanto ao cálculo econômico, parece que essa é a discussão. Só que não apresentam alternativas. Isso é gravíssimo. É seriíssimo e gravíssimo. Não avança, mas também não sai de cima. Sentou e não sai de cima não discute.

A Votorantim está aqui já que é interessada no MIP, a palavra é Manifestação de Interesse Privado. Porque ela tem interesses, por isso está se dispondo a construir.

É um projeto que não tem em lugar nenhum do país. É chave contra chave. A pessoa só entrega a unidade onde mora na hora que tem um novo aqui. Não existe nenhum projeto habitacional no país nessa forma. É um avanço, foi construído em conjunto em N audiências e não avançou nada.

Quero levantar, porque tem a ver com o Plano Diretor 2014, porém está afetando a população aqui. Espero que não tenha de chegar em público, na campanha eleitoral do ano que vem, e denunciar a Câmara por ter sentado em cima disso e prejudicado 853 famílias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Está encerrado, Sr. Adauto, por favor.

O SR. ADAUTO JOSÉ DURIGAN – Não, eu quero terminar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – São três minutos regimentais, o senhor já passou 50 segundos.

O SR. ADAUTO JOSÉ DURIGAN – Está certo. Quando tem interesse vocês deixam, mas tudo bem, sem problemas.

Apenas outros dois pontos, rapidamente. A questão do Parque Orlando Villas Boas, que fica onde era a Usina de Compostagem, da Sabesp, contíguo, como encaminhou, não vou explicar em detalhes, mas também estão fechados os dois. Tem a ver também com o Plano Diretor anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Para encerrar, Sr. Adauto, por favor.

O SR. ADAUTO JOSÉ DURIGAN – E nós estamos também trazendo da questão do Arco de Pinheiros, que também é um projeto que está na Câmara de Vereadores, mas na mesma situação do PIU Leopoldina, só que menos grave, porque é uma discussão mais ampla. Não avança.

E a democracia nós vamos ver na hora que for fechado, a votação no final. Vamos ver o produto final, se vai ser incorporada alguma coisa que está sendo falada nas audiências, porque se não for incorporada alguma coisa, democracia, na verdade, é para inglês ver,

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próximo inscrito, Sr. Eduardo Fiora, do

Fórum Social Leopoldina.

O SR. EDUARDO FIORA – Bom dia a todos e a todas presentes, bom dia à mesa, bom dia aos Vereadores e Vereadora, Subprefeitos. Fabio Riva, tudo bem?

“Chave na mão, barraco no chão.” O Fabio Riva falava essa frase na audiência pública de 2021. Até agora, a gente não tem perspectiva alguma de o PIU Leopoldina ser aprovado. Fabio, Silvia, vocês são da Comissão de Política Urbana, o Goulart também é?

Então por que a Comissão não apresenta um substitutivo? Qual é o problema? Se o problema é monetário - parece que o problema é monetário – são 200 milhões já em discussão, se não for 200, quanto é? É difícil para vocês falarem para a gente o quanto vocês acham que vale o PIU? Duzentos e um, 202, 199,500 mil? Eu não sei, algum valor esta Comissão tem que fazer.

Os partidos estão aqui: PSDB, o Goulart é União? É isso? PSD, aqui a Silvia, do PSOL, parece que o PIU é agradável a todos. Ninguém está ali condenando o PIU, mas não sai. Fica aqui o pedido, temos um documento protocolado, que vamos deixar na Presidência da mesa.

Vou complementar o que o Adauto falo. O PIU Arco Pinheiros é outra questão importante, porque tem moradia que vai para o Jaguaré. Por que também não vota em segunda? Já foi liberada, a Justiça já liberou. Tem implicações do PIU Leopoldina com o PIU Arco Pinheiros. Lembrando que o Parque Orlando Villas Boas, na ex-Usina de Compostagem, é terreno municipal e o Parque Orlando Villas Boas que é contíguo, foi fruto do trabalho do Fórum Social que pediu para gravar no Plano Diretor como ZEPAM aquelas áreas.

Mas o que adianta gravar ZEPAM se não se efetivam os parques? Um está fechado há anos, o outro terreno municipal nem sequer... promessa do Prefeito José Serra de que vai ter um parque lá. Até agora não tem.

São conquistas que o Fórum Social conseguiu no PDE de 2014: gravar como ZEIS a área pública da Avenida Imperatriz Leopoldina, onde é possível se construir metade das moradias do PIU; o ZEPAM no Parque Orlando Villas Boas; e o Arco Pinheiro que foi o

instrumento que nós pedimos para preservar a Leopoldina da verticalização, sem instrumento nenhum de controle, para o dinheiro ficar no território e não ir para o Fundurb.

O pedido maior do Fórum, Silvia, Rodrigo e Fabio é para que vocês, ainda neste semestre, indiquem a possibilidade de quando vai para a segunda votação o PIU, com o substitutivo da Comissão, porque é a Comissão que vai ter de apresentar o substitutivo, não é mais o Executivo. Está na Comissão.

É importante lembrar que muita coisa efetivada no Plano Diretor para a cidade, como um todo, sequer foi cumprida, não saiu do papel. Nós estamos fazendo revisão e nem experimentamos, como está provado aqui, a ZEPAM que conseguimos, em 2014, não foi efetivada.

É isso. Obrigado, Vereador. Espero que o PIU saia e o que o Fabio Riva falou: “Chave na mão, barraco no chão” se cumpra ainda neste semestre.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – A próxima inscrita é a Sra. Verônica, do Pró-Pinheiros.

Tem a palavra o Vereador Coronel Salles.

O SR. CORONEL SALLES – Bom dia Presidente Rodrigo, Vereadores, Vereadora Silvia, Subprefeito.

Eu ouvi atentamente a colocação do Sr. Adauto e do Eduardo. Aqueles que, eventualmente, nunca participaram dessas audiências, por vezes, podem estranhar. Às vezes é o inconformismo ou a rudeza.

Mas audiência pública é isso mesmo, as pessoas têm o direito a falar e nós temos a obrigação de ouvir, capturar as melhores informações e levar para a Câmara Municipal.

Então se eventualmente nos trazem temas que não são diretamente ligados ao Plano Diretor, mas são de importância de funcionamento da cidade, que é um organismo vivo. Falem mesmo, nós estamos aqui para ouvir e tentar extrair a melhor informação para que a gente tome as melhores decisões.

Era só isso, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Vereador Salles.

A próxima inscrita é a Sra. Verônica, do Pró-Pinheiros.

A SRA. VERÔNICA BILYK – Bom dia a todos.

Eu sou Verônica Bilyk, venho falar pelo Pró-Pinheiros. Muito apropriada a fala da minha colega Maju, fica até difícil complementar.

O fato é que há algo errado, porque nós falamos, entregamos, mas aquilo que estamos vendo como um Plano Diretor Estratégico não está, de fato, melhorando as nossas vidas.

Pinheiros é apenas um estrato de São Paulo, mas eu sei que ele representa outros ambientes semelhantes, então vamos falar de um modelo Pinheiros de vida como é agora. É uma invasão do mercado imobiliário, onde a população tradicional moradora não tem absolutamente nenhuma representatividade, nem vez, nem qualidade de vida. É um tormento diuturno em termos de ruídos, de trânsito, de falta de luz, entupimentos de bocas de lobo, de degradação de áreas verdes. É uma pintura de muita tristeza, de muito pesar, de êxodo, de gentrificação, de famílias inteiras tendo de sair de um lugar onde elas planejavam perdurar as suas vidas.

Por outro lado, a gente sabe porque fizemos um seminário interessantíssimo na Câmara, com colegas de outras regiões, onde não há habitação, onde há pobreza extrema, falta de saneamento. É um desequilíbrio.

Em Pinheiros, então, falaram que nós íamos fazer parte de um adensamento apropriado para que houvesse facilidade de locomoção do trabalhador à sua zona de trabalho. Que os imóveis do entorno das estações de metrô de ônibus seriam adequados a essa situação. O que se vê é uma fachada, uma mentira. Imóveis mínimos, onde ninguém vai morar, de fato, onde são simplesmente alugueis temporários.

Muitas formas de se encontrar construção de garagens, para mais automóveis, porque nós precisamos de mais automóveis na cidade. Acabar com os lençóis freáticos, com os

rios. Nenhum respeito à natureza, nenhum respeito à qualidade. Nada em direção às UDSs que a Maju está dizendo.

Nós sim, de fato, fomos recebidos e ainda seremos recebidos por, provavelmente, todos os gabinetes de vereança, porque nós construímos um documento onde frisamos artigo a artigo, dentro do PDE, aquilo que nós achamos é adequado e necessário para a melhoria do documento, para que a sua implantação seja adequada às vidas humanas.

Porque nós estamos falando aqui de humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Para encerrar, Sra. Verônica.

A SRA. VERÔNICA BILYK – Ótimo. Foi perfeito. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado.

A próxima inscrita é a Sra. Bruna, do Conseg e Líder Comunitária.

Registro a presença da Sra. Adelaide Schmidt, assessora do Vereador Adilson

Amadeu.

A SRA. BRUNA FERREIRA MATIAS – Bom dia.

Meu nome é Bruna Ferreira Matias, sou líder comunitária, faço parte da diretoria do Conseg. Sou moradora do bairro. Vim falar um pouco sobre o PIU.

Acho que o PIU é um projeto superimportante, de fato, tem que acontecer, mas eu gostaria que o PDE tivesse um pouco de atenção com relação a qual estrutura vai ser feita para receber todas essas famílias. Sabemos que são famílias carentes que vão depender 100% do serviço público e esse serviço aqui no bairro não está bom.

Hoje, o transporte é muito lotado, os hospitais, creches todos lotados. O que vai ser feito para poder atender a todas essas pessoas, visto que esse serviço já não atende nem os moradores do próprio bairro.

Quem mora aqui sabe que temos alguns problemas crônicos, principalmente com relação à energia. Sofremos apagões constantes, porque o bairro expandiu, mas não houve nenhum investimento em infraestrutura elétrica. Como que vai ser feito? Já existem alguns ofícios no Ministério Público com relação a isso, ainda não foi resolvido.

Queremos que o bairro esteja preparado para que esse impacto seja o menor possível. Eu gostaria de falar a respeito disso, que vocês tivessem total atenção com a estruturação do bairro para poder receber o projeto.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado.

O próximo inscrito é o Sr. Ogue Doria, desculpe se errei na pronúncia.

A próxima inscrita é a Sra. Carla Banietti, da Assampalba e do Conseg Leopoldina.

A SRA. CARLA BANIETTI – Bom dia a todos, bom dia à mesa, Coronel Salles.

Meu nome é Carla Banietti, sou presidente da Assampalba – Associação de Amigos e Moradores do Bairro da Bela Aliança e Alto da Lapa. Também sou diretora do Conseg Leopoldina, fui eleita para a próxima gestão 23 e 24.

Eu faço minhas as palavras das colegas Marjorie e Bruna, quando esclarecem que temos a implantação de um PIU na Leopoldina, mas a gente não tem estrutura básica para que essas pessoas sejam recebidas no bairro.

Se foram aprovadas 900 unidades de moradia num terreno pequeno, onde vai ser, por exemplo, se tiver uma criança por apartamento, já não teremos escola para essas crianças.

Se tiver a quantidade de pessoas, não temos aumento do efetivo da Polícia Militar em nada aqui, desde que eu me entendo por pessoa politizada e acompanho todas essas situações de segurança da Leopoldina. A gente não vê aumento do efetivo da polícia no crescimento do próprio bairro. Ainda mais acrescentando pessoas para morarem aqui.

Uma coisa que a gente teme muito é o avanço da destruição dos bairros jardins, os estritamente residenciais. Vemos o avanço das estruturas cinematográficas, as empresas cinematográficas utilizando as casas de forma comercial em área estritamente residencial. A gente paga IPTU caro que é para morar num lugar residencial e isso continua tendo avanço.

Avanço nas vilas formadas por ruas sem saída, nas quais a gente vê que se por acaso todos resolverem vender as casas, as incorporadoras podem construir de forma indiscriminada.

A gente vê o avanço desse progresso que não vemos como tal, porque queremos continuar vivendo num bairro preservado, como é boa parte da Vila Leopoldina e como a Bela Aliança.

Eu quero me lembrar da primeira audiência pública que eu participei, creio que tenha sido em 2014, na Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Para encerrar, Carla.

A SRA. CARLA BANIETTI – Só para terminar. Eu faço a minha palavra como a da Marjorie. Parece que a gente fala, vem todo mundo aqui, mas a gente não é ouvido, de verdade. Porque tudo o que a gente foi contra naquela época, foi aprovado. Tudo. Inclusive esse PIU que a gente não queria que fosse feito dessa forma. Foi aprovado. Tem gente que quer, gente que não quer. Mas do jeito que está sendo aprovado, dentro de terreno contaminado e assim por diante, realmente, não foi da forma como a maioria pediu.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Carla.

O próximo inscrito é o Sr. Claudio Lima, da Votorantim.

Com a palavra o Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Bom dia a todos. Uma breve fala muito rápida sobre a questão do PIU Leopoldina.

Eu vou entrar depois no final, responder ao Aduato, ao Fiora, mas acho que é importante para que a gente não fuja do debate como é o PDE.

Quando se fala em PIU, o Coronel Salles estava até me perguntando sobre isso, as pessoas que serão atendidas pelo PIU Leopoldina, já moram no território, já vivem lá. Então nós não vamos ter acréscimo nenhum de pessoas. (Palmas) Eu só queria fazer esse reparo. Se a gente for discutir a PPP da habitação nos outros 20 mil metros do terreno da CMTC, que agora é da Cohab, aí sim a gente consegue ecoar a fala da Carla e de quem a antecedeu.

Só queria fazer esse reparo, porque é importante a gente fazer uma divisão – que eu não gosto nem de usar a palavra “divisão”, porque todo mundo é um todo, todo mundo merece

respeito. Então, acho que só para que a gente não crie, dentro do PDE, uma situação já existente e porque o PIU já atende quem já vive no território. Por isso que eu defendo o PIU: porque as pessoas já vivem no território.

Eu posso até discordar da forma de trazer uma PPP de gente que vai vir de outros lugares, que vai gerar demanda no bairro – é uma outra discussão. Quando a gente defende o PIU, são pessoas que já vivem no território, já compram no supermercado, já vivem na padaria, já trabalham aqui no território. Quando você traz gente de outros territórios para viver aqui dentro da Vila Leopoldina, aí a gente pode ter um conflito, inclusive de readaptação, de localização onde as pessoas moram, para vir viver aqui, na Vila Leopoldina.

Acho que a gente precisa começar a discutir, fazer um debate mais amplo a respeito daquilo que vai estar por vir, não daquelas pessoas que já vivem aqui, que precisam ter suas condições de vida. Acho que esse é o reparo e depois eu falo um pouquinho mais sobre a questão da votação.

Vocês já perceberam, né? Na Câmara, também é um pouco assim, viu, Carla? Tem gente que é a favor e tem gente que é contra, por isso que, às vezes, o projeto não é votado, porque você precisa ter 37 votos. Então, depois eu respondo da forma mais legislativa e aqui, estão aqui, os Vereadores; o Salles é o mais novo, nosso aqui, mas muito experiente. Mas a gente, depois, pode falar sobre a questão de construção de um projeto para ser aprovado na Câmara.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Vai lá, Cláudio, por favor. Tem a palavra.

O SR. CLÁUDIO LOJKASEK – Obrigado, Vereadores.

Um bom dia a todos. Meu nome é Cláudio, eu sou representante da Votorantim.

Embora ciente de que o tema de hoje seja a revisão do PDE, entendo que é importante tratar de questões que ainda não estão endereçadas na proposta aqui em debate, mas que estão presentes em outros projetos de lei em tramitação na Câmara dos Vereadores e que aguardam um desfecho a ser encaminhado por vocês, Srs. Vereadores.

Na minha visão – e tenho certeza de que na visão de muitos presentes aqui –, o PIU Leopoldina é um desses projetos que precisam ser urgentemente apreciados por vocês, para aqui possam dar uma resposta efetiva e estrutural aos mais diversos temas do bairro e que não estão contemplados na proposta de revisão do PDE.

Como tratar da revisão do PDE e não endereçar a provisão das 853 novas moradias, atendendo a todos os moradores da favela da Linha, do Nove e das invasões das áreas comuns do Cingapura Madeirite? Como tratar de HIS se não interessar a requalificação do Cingapura Madeirite, beneficiando as suas mais de 400 famílias? Estamos falando de mais de 5 mil pessoas diretamente beneficiadas pelo projeto.

Como tratar de mobilidade e não acomodar, nessa discussão, a recuperação de vias públicas, hoje, invadidas e o parcelamento ordenado do solo de antigas áreas industriais, com a abertura de novas vias públicas e a criação de ciclofaixas integradas ao Parque Bruno Covas e a Gastão Vidigal?

Como tratar de temas ambientais, de saúde, de infraestrutura urbana e não considerar a destinação de áreas verdes em parcelamento do solo dessas antigas áreas industriais, da resolução dos problemas de saneamento enfrentadas pelas comunidades e da criação de novos equipamentos públicos?

Como tratar da revisão do PDE e não avançar a transformação de uso da Vila Leopoldina, que vem deixando de ter um perfil industrial para a produção de um novo tecido urbano, rico, diverso e vibrante?

O PIU Leopoldina dá uma resposta concreta a todas essas demandas. O projeto está em discussão pública há mais de sete anos e foi amplamente debatido ao longo desse tempo, com mais de 40 etapas de consulta pública, oficinas temáticas, audiências, enfim.

Ao lado da Votorantim, que fique bem claro a todos os presentes aqui: nós temos flexibilidade para discutir todos os pontos debatidos até então, seja com a comunidade, seja com o fórum social, seja com a nossa turma, enfim – com a comunidade, que é a grande beneficiária desse processo, com a resolução do tema de moradia no bairro onde eles já residem.

Seja, também, com a própria Associação Viva Leopoldina, que a despeito das diferenças que já tivemos no passado, também reconhece a importância do projeto para o bairro e que tem disposição para apoiar o projeto, com alguns ajustes. Seja também para o Executivo e para a Câmara, para quem encaminhamos o ofício no ano passado, indicando a necessidade de atualização monetária do PIU, elevando o valor da contrapartida, de 135 milhões para 200 milhões de reais.

Enfim, falta os Srs. Vereadores darem uma resposta concreta ao termo.

Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próximo inscrito: o Sr. Michel, Pró-Pinheiros.

O SR. MICHEL CHAUI DO VALE – Bom dia. Sou Michel Chaui do Vale.

Estou representando o Movimento Pró-Pinheiros junto com minhas companheiras que já falaram e algumas delas ainda vão falar.

Queria começar a minha fala tratando desse tema. O nome do que a gente está fazendo aqui é revisão intermediária.

Então, primeiro, uma reclamação no sentido de que a gente vem, como a própria Maju já comentou, participando, vem colocando nossas demandas no sentido de aprimorar uma legislação que está em vigor por se tratar justamente de uma revisão intermediária e a gente não é ouvido. Quer dizer, a gente é formalmente ouvido, estamos aqui com vocês escutando, com outros moradores, cidadãos escutando, mas nada do que a gente fala é efetivamente incorporado nos projetos, no texto da revisão do Plano Diretor.

Isso nos impressiona porque a gente colocou, como a Maju falou, nos canais de participação as nossas contribuições e a resposta padrão que vem é “isso não se enquadra nessa revisão intermediária”. Só que a gente se assusta porque quando a gente pega o texto de lei que está sendo colocado, ele muda essencialmente o espírito da lei, vide a tentativa que está sendo colocada de verticalização nos miolos de bairro, de inclusão de garagem nos eixos onde tem transporte coletivo.

O que a gente está propondo é justamente aprimorar a lei no sentido de, como a Verônica falou, reservar ao bairro o mínimo de qualidade ou preservar o mínimo de qualidade que ainda existe para que os moradores consigam criar suas famílias, viver suas vidas, ter seu comércio. Porque o que a gente vê, por exemplo, em Pinheiros é a destruição das moradias, principalmente dos extratos de um pouco mais baixa renda, invasão, um assédio das incorporadoras que vão comprando sistematicamente e destruindo o que a gente tem de bairro, de vilas, de pequenos predinhos e a destruição também sistemática dos pequenos bolsões de área verde que ainda tem no bairro.

Então, eu queria colocar a nossa indignação no sentido de que a gente não está sendo ouvido, as reivindicações não estão sendo colocadas, não estão sendo atendidas e, além disso, que a gente consiga de fato incorporar nesse texto as demandas que a gente traz e que são legítimas e que elas, sim, se enquadram no que a gente entende que seja revisão do Plano Diretor e não essa mudança na essência da lei como a gente está vendo ser colocada de forma não explícita pelos interesses do mercado imobiliário de uma forma que vai destruir completamente o que ainda resta de qualidade nos nossos bairros.

É isso. Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Michel.

Próxima inscrita, Sra. Rosanne, Pró-Pinheiros.

Só lembrando um pouquinho em cima da fala do Michel. Michel, como você disse, essa é a revisão intermediária. Nós recebemos do Executivo no dia 20 de março agora. Então, a partir daí, estamos fazendo esse processo participativo no Legislativo e as respostas que você disse padrão, eu acredito que tenham sido pelo sistema Participe+, do Executivo.

Temos tido algumas formas de receber as contribuições não só nas audiências públicas, mas, como eu disse, recebi ontem representantes do Movimento e estamos analisando. Inclusive, pedi para as representantes do Movimento algumas das áreas. A Sra. Rosanne, inclusive, que vai fazer uso da palavra, estava presente ontem. Estamos em um diálogo.

O que for possível e, lógico, passar pelo crivo dos Vereadores da Comissão e logo

após dos 55 Vereadores no plenário, faremos o nosso trabalho. Lógico, que cabe na revisão intermediária do Plano Diretor e há ainda essa a possibilidade de posteriormente ter a discussão ainda da Lei de Uso e Ocupação.

Tem a palavra a Sra. Rosanne, por favor, tem a palavra.

A SRA. ROSANNE BRANCATELLI – Bom dia a todos. Bom dia, Silvia. Bom dia, Riva. Bom dia, Rodrigo.

Ontem estivemos junto com Rodrigo. A gente tem entregue as nossas propostas. São propostas dedicadas, várias pessoas elaboraram, trabalharam por propostas para Pinheiros, mas que abrangem a cidade toda, porque os problemas são comuns a todos os bairros. E eu gostaria aqui de destacar três situações. Uma é a que a gente está vendo: um espaço enorme, e a falta de participação. Eu acho que a Prefeitura e a Câmara têm tentado trazer mais participação. A Silvia conseguiu mais algumas audiências, as audiências foram ampliadas; mas, mesmo assim, algo deu errado, porque as pessoas não vêm. Então, deve ter uma falta de comunicação direta com essas pessoas. Como atingir essas pessoas para participarem e trazerem as suas demandas? Porque esse é o momento principal da revisão, em que devemos consertar o que não deu certo no Plano Diretor. Essa é a intenção da revisão, concordam? Mas onde estão essas pessoas para trazer esses problemas todos? Essas pessoas não conseguem participar. Primeiro, por causa dos horários. As audiências são às terças e quintas na Câmara às cinco horas da tarde. As pessoas não conseguem vir. Então, gera aquele desânimo. Não há participação.

Eu me preocupo se a Câmara e a Prefeitura vão conseguir cobrir os problemas desta revisão atual. Um dos problemas, que todos sabem, é o excesso de verticalização; um excesso que ocorre não para melhorar a cidade na questão de moradia popular, que é o meu segundo ponto, o primeiro é a falta de participação. A moradia popular é prioritária. Sabemos quantas pessoas não têm casa e as condições das moradias das comunidades. Eu gostaria de uma atenção especial da revisão para locação social. Se os posseiros conseguem dominar áreas e fazer locação social desordenadamente, por que a Prefeitura não consegue? Ela poderia fazer

locação social organizadamente, e as famílias de baixo poder aquisitivo poderiam continuar morando sem abandonar a casa para voltar para a comunidade e vender o seu imóvel para outra pessoa; e as comunidades e as favelas iriam continuar reinando nas cidades grandes.

Só mais um pontinho, Rodrigo, rapidamente. Controle ambiental. Como está sendo excessivamente construído, está faltando o controle ambiental, os estudos de impacto, estudo de impacto acumulativo. Estudo de impacto apenas do terreno, do lote não é suficiente, porque são vários lotes sendo construídos ao mesmo tempo na Zona de Estruturação Urbana. Não há um estudo de impacto geral. O que nos importa é manter a nossa natureza: o solo, o tecido arbóreo, os espaços, o ar. A gente tem essa prioridade, que é humana.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Rosanne, por favor, para encerrar. Já passou 1 minuto e 15 segundos.

A SRA. ROSANNE BRANCATELLI – Já vou acabar. A moradia popular é prioridade humana e a ambiental é prioridade humana. Por favor, deem essa consideração especial. Nossa, três minutos passaram voando, é muito coisa para falar. Acho que vou me inscrever de novo (risos). Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próxima inscrita, Sra. Kareen, do Pró-Pinheiros.

A SRA. KAREEN TERENCE – Bom dia.

Meu nome é Kareen Terence, sou do Pró-Pinheiros, mas hoje eu venho aqui também como cidadã, munícipe, eleitora e contribuinte.

Fiz uma cola, porque o tempo é curto. Que cidade é essa que está sendo construída ou demolida? É o que eu me pergunto todos os dias. Como pode, em um perímetro de 150 hectares, em Pinheiros, só para dar um exemplo, ter 80 novas edificações e ter tantas pessoas sem um teto para morar? Isso quer dizer que esse PDE em andamento é muito bonito na teoria, mas segue a passos largos para um colapso socioambiental. Eu não vou discutir se o processo é democrático ou não, porque isso daria uma tese, mas o fato é que nós, moradores, população e vocês, desta Casa, nossos representantes, temos a oportunidade de reverter, minimizar e

estancar os estragos da implantação desse Plano Diretor, que atende e beneficia sobretudo o setor da construção civil e não a população.

As nossas reivindicações, os meus colegas já explanaram de uma forma muito sólida. Várias revisões, vários planos já foram enviados para o Participe+ em relação ao meio ambiente, mas nós precisamos ter uma maior cobertura, uma maior densidade de vegetação urbana, porque está acontecendo um desmatamento na cidade de São Paulo, e nós não estamos olhando para isso. Nós já pedimos várias vezes que seja revisado o Termo de Compromisso Ambiental – TCA, que consta na proposta. É importante que vocês leiam esse ponto, por favor.

A gente também precisa que vocês apoiem e incentivem o uso de transporte coletivo, porque isso não está acontecendo. A gente tem acompanhado o que está acontecendo e, em uma outra audiência, eu cheguei a convidar quem estava à Mesa para tomar um café e andar em Pinheiros para ver o que que está acontecendo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado.

A próxima inscrita é a Sra. Adriana, do Movimento Pró-Pinheiros.

A SRA. ADRIANA CALABRÓ ORABONA – Bom dia a todos.

Eu sou Adriana, do Pró-Pinheiros, moradora do bairro há 20 anos e vi de perto a transformação – ou melhor, a destruição – do bairro, e por isso que eu me juntei ao movimento. Eu sou escritora e roteirista e, na minha história ideal, a gente teria um bairro, ou melhor, uma cidade que garantisse a manutenção das casas e edificações, que são também um patrimônio histórico; teríamos construções de prédios feitas de uma forma que respeitassem urbanidade e não sujasse a cidade com cimento, entulho e barulho fora dos horários permitidos. Sem contar a arquitetura, que podia, sim, ser mais harmônica e arejada. Na minha história, não teríamos moradores de rua, sendo que ali do lado estão vários estúdios fechados e rendendo bem só para alguns. E, já que estamos em uma igreja, pelo amor de Deus, não teríamos tantas pavorosas lojas da Oxxo. Na minha história, as áreas verdes seriam preservadas com unhas e dentes ainda mais em tempo de discussões mundiais sobre sustentabilidade, e os estudos de impacto

ambiental seriam muito valorizados.

Sei que vocês poderiam dizer que escritores trabalham com a ficção, mas, na verdade, vocês que estão nessa Mesa e na Câmara podem fazer dessa ficção uma realidade, podem ter a vontade de construir uma nova história para nossa cidade. Já pensaram que privilégio vocês serem os autores de uma verdadeira transformação? Essa é a pergunta que fica.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – A próxima inscrita é a Sra. Laurita, do Movimento Pró-Pinheiros.

A SRA. LAURITA RICARDO DE SALLES – Bom dia a todos.

Eu sou Laurita Salles, do Pró-Pinheiros e também do Conselho Participativo Municipal - CPM de Pinheiros. Dando continuidade às diversas falas das pessoas que me antecederam, aproveito a oportunidade para me dirigir aos representantes da Câmara Municipal, reforçando o que minha colega disse sobre a importância da responsabilidade que vocês têm não só para nos ouvir com atenção, mas também para incorporar o que a população está pedindo. Eu tenho ido a todas as audiências e, mesmo que não haja a participação de tanta gente, como deveria ser, a população se manifesta e sabe o que quer e o que é mais adequado. Por isso, solicitamos que a população seja ouvida.

Ontem, ao final do evento da OAB, onde eu estive, o advogado de um movimento de moradia disse que democracia não é ouvir, mas também incorporar as propostas da população. Isso posto, eu acho importante lembrar alguns temas que estão no nosso documento. Nas disposições transitórias, a incorporação do artigo 77, um procedimento para que ele se efetive, porque, como vocês mesmos disseram, e com razão, pretende-se com que sejam implementados muitos instrumentos que estão no Plano Diretor; um deles, o artigo 77. É preciso que se dê um prazo para que a Prefeitura envie esse decreto resolutivo a algumas instâncias.

Outra coisa que nós incluímos, e isso é gravíssimo, é a questão das vilas. Nós solicitamos, também nas situações transitórias, que esteja previsto o não remembramento dos lotes internos e também a questão das alturas, porque o que foi proposto no Plano de

Zoneamento é uma vergonha. O que eu espero da Câmara é o compromisso público de manter a proteção das tipologias urbanas da cidade, da sua paisagem, que é também uma questão ambiental, já que estão se formando várias ilhas de calor. Em vez de ser respeitar os ODS, o que nós estamos vendo é a total criação de ilhas de calor no centro expandido, sem moradia social, com imóveis monstruosos – no sentido literal e metafórico. É importante que vocês compreendam que a questão da habitação social é muito importante. Queremos ZEIS em Pinheiros, porque não há nenhuma; o que há é Airbnb.

Na região de Pinheiros também há ocupações, sendo que uma das reivindicações ao Plano de Zoneamento é tornar as ZEIS um acesso ao Minha Casa, Minha Vida.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – O próximo inscrito é o Sr. Xandão, da AMC - Associação de Moradores do Ceasa.

O SR. CARLOS ALEXANDRE BERALDO – Bom dia a todos e todas. Bom dia à Mesa, aos Vereadores e às Vereadoras.

O meu nome é Carlos Alexandre Beraldo, mas as pessoas me conhecem como Xandão. Eu sou morador da Comunidade Linha.

Pessoal, hoje, o tema não seria o tema a ser debatido, mas eu venho aqui hoje para lembrar. E, ao mesmo tempo, compartilhar com os meus colegas, principalmente com a Dona Carla, se alguma vez, algum de vocês que já subiram aqui na Vila Leopoldina, subiram numa tribuna para questionar a moradia de alto padrão que está sendo levantada na Vila Leopoldina, principalmente na Av. Mofarrej, na Rua Aroaba, na Gastão Vidigal, onde estão sendo construídos altos prédios de alto padrão, e ninguém fala nada que vai faltar moradia, que vai faltar energia, que vai faltar transporte, porque eles não usam isso.

Então, vamos voltar lá atrás, em 2014, 2015 e 2016, e tem aquela parte onde o Bruno Covas, o nosso saudoso Bruno Covas, que era um cara que brigava pela população de baixa renda, falava não à gentrificação do bairro. E o que está acontecendo hoje na Vila Leopoldina é todo mundo contra o PIU, onde a moradia de interesse social está sendo excluída.

Nós somos Vila Leopoldina. Eu estou aqui há 41 anos; a minha família, há 48. Todos esses condomínios que chegaram aqui, agora, chegaram depois. Então, o adensamento só é para quando o pobre pode morar do lado do rico. Ele só tem o direito de trabalhar, fazer os afazeres, pagar as suas contas, mas, morar melhor, com qualidade, não.

Então eu me sinto repudiado. Eu vou falar o português claro: eu tenho nojo quando eu participo de certos tipos de audiência em que as pessoas se manifestam contra os pobres, contra as pessoas de baixa renda. Isso é a gentrificação embutida em alguns temas: ah, que vai faltar energia, que vai faltar adensamento. Mas eu não vejo nenhuma crítica contra os prédios de alto padrão, só quando se fala da moradia de interesse social. E é por isso que eu estou aqui hoje.

Peço aos nobres Vereadores e Vereadoras que nos atendam melhor nessa questão do PIU Leopoldina.

Uma coisa que eu vou dizer bem rápido: o PIU Leopoldina está prevendo 200 milhões em três anos. O Arco de Pinheiros prevê 240 milhões em 15 anos. Quem está ofertando mais por menos, e que vai trazer mais qualidade de vida para o bairro? PIU Leopoldina é a solução para todas as questões, até da Vila Leopoldina, gente – violência, segurança, saúde, trabalho, educação, lazer e dignidade –, para quem mora numa favela, num barraco de 15m².

Alguém já desceu lá embaixo num dia de chuva para perguntar se a telha da casa dele arrancou? Eu acredito que não.

Eu estourei o tempo, não falei tudo que eu queria falar. Mas eu me sinto desrespeitado nessa questão de gentrificação do bairro, onde só pode morar rico. Leopoldina não é um distrito só de rico, foi construído pelos pobres, pelos trabalhadores.

Obrigado e desculpa qualquer coisa, pessoal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – A próxima inscrita é a Sra. Fabiana Lima Silva.

Só para lembrar, pessoal: caso alguém precise de transporte, há um ônibus oferecido pela Câmara, em tratativas com a SPTrans, que terá saída até o Terminal Pinheiros, ao fim da

audiência. Essa é mais uma forma que oferecemos em toda a condução do trabalho legislativo, para que tenham acesso às audiências.

Por favor, Sra. Fabiana.

A SRA. FABIANA LIMA SILVA – Bom dia.

Meu nome é Fabiana Lima Silva. Eu sou moradora do Bairro Moarama, em Osasco, e sou simpatizante da Associação Avive e Bairro Que Te Quero Verde.

Eu venho justamente para falar sobre o Plano Diretor: a inclusão, tanto da floresta urbana que nós temos na região do golfe, quanto também da APP do Parque dos Príncipes no Mapa 5. Ali é uma floresta muito importante para a região. Inclusive, para quem não conhece, Osasco é uma ilha de calor. E a única área verde da região é justamente localizada dentro do golfe. E nós temos um grande problema com relação ao desmatamento dessa área, que está sendo pleiteado e foi aprovado, para a construção de um megaempreendimento.

Nós somos contra isso, justamente porque aquela região é um corredor ecológico importante que vai desde a região de Osasco, também a região da USP, onde tem aquela mata, que já é uma área muito antiga, onde a recuperação é em estágio médio daquela área de mata atlântica, e esse desmatamento causará outros problemas urbanos e problemas com relação a aumento de calor, aumento daquela zona de concreto ali e aumento do grande problema que temos ali, onde há acúmulo de água quando chove por causa da impermeabilização do solo.

Então, a permissão dessas construções só vai piorar esses problemas todos naquela região. Lembrando que a gente está numa mudança climática cada vez mais intensa, em que o aquecimento ocorre muito mais rápido do que os cientistas já tinham previsto; e o aumento das áreas de floresta dentro da região urbana é superimportante para que tenha uma redução desse impacto. É por isso que a gente pleiteia a permanência dessas áreas e o aumento, inclusive, delas o máximo possível, para minimizar esses transtornos urbanos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próximo inscrito, Sr. Gandhi, assessor do Vereador Eliseu Gabriel.

Comunico que, após o fim da fala do Sr. Gandhi, estarão encerradas as inscrições para o pronunciamento.

O SR. GANDHI ALLASIO – Bom dia.

Queria saudar a Mesa e todos os presentes; Sr. Marcelo, que está comigo e que também é assessor do Vereador Eliseu; o pessoal do próprio Pinheiros que veio em peso.

Dizer que fizemos um seminário, em conjunto, no dia 20/03, que norteou diversas propostas, e esse seminário foi maior do que a maioria das audiências, com gente de ponta a ponta da cidade, de várias regiões. Então, foi muito positivo e norteou um documento muito rico.

Queria saudar também o pessoal da Associação da Vila Leopoldina e dizer que estou muito feliz de estar aqui hoje porque eu fui aluno do SESI e meu primeiro emprego foi de Jovem Aprendiz aqui nos Correios. Então, é uma região que me deixa nostálgico, enfim.

Eu queria falar sobre vagas de garagem. O Plano Diretor, desde 2014, indica que a gente deve desincentivar o uso do carro e uma das formas é diminuindo as vagas de garagem nos novos empreendimentos; mas a gente não tem visto isso. Em muitos bairros, nesses empreendimentos que não têm vagas de garagem, as pessoas estão deixando os carros nas ruas ou em estacionamento próximo e isso tem atrapalhado bastante a vida no bairro.

O que desincentiva mesmo o uso do carro é transporte público de qualidade. Por isso, é fundamental o diálogo com o Governo do Estado.

Sobre os planos de bairro, eles são fundamentais para a participação popular efetiva do Plano Diretor da Cidade. Vou citar um exemplo, que cada localidade tem uma característica. A zona Oeste é muito grande, tem várias localidades com necessidades distintas.

E eu queria citar um diálogo muito positivo do pessoal da Vila Leopoldina sobre a Ponte Pirituba-Lapa. Eles fizeram um questionamento muito justo: “Tem que ter as alças de acesso para as marginais, porque senão os carros vão criar mais trânsito para dentro do bairro”. Então, foi muito positivo e é assim que a gente consegue entender melhor as localidades.

No mais, queria falar o que tem que ser dito: sobre as habitações de interesse social. Até 2021, a cidade de São Paulo, por meio da Cota de Solidariedade, não construiu nenhuma

unidade de moradia de Interesse Social 1 – que é até três salários mínimos, isso até 2021. Então, a gente tem que questionar se essa política está funcionando; se não está, como que a gente pode resolver isso, né?

A ideia de levar as pessoas para mais próximo do trabalho é sensacional; é assim que as melhores cidades do mundo resolvem o problema de trânsito, a qualidade de vida e tudo mais. Mas se não está funcionando, se as pessoas não estão tendo um transporte público de qualidade, se elas não estão tendo, demorando duas horas e meia para ir para o trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Para encerrar, por favor.

O SR. GANDHI ALLASIO – Não funciona.

Então é isso. Muito obrigado, até mais. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Gandhi.

Estão encerradas as inscrições. Próximo inscrito: o Sr. Umberto, da Associação Viva Leopoldina.

Lembrando a todos que o tempo não é determinado aqui, pela Presidência, mas sim, é um tempo regimental. Então, estamos cumprindo, aqui, o regimento da Câmara e há, para quem fala no microfone, um cronômetro bem à frente.

O SR. UMBERTO DE CAMPOS SARTI – Bom dia a todos.

Meu nome é Umberto. Eu estou Presidente da Associação Viva Leopoldina, sou Conselheiro Participativo e sou Conselheiro, também, do Parque Orlando Villas-Boas.

Quero dar parabéns à Vereadora Sílvia, ao Vereador Goulart, ao Fábio Rivas, ao Subprefeito, ao Coronel Salles – Vereador também; ao Vereador Eliseu Gabriel e ao Rubinho Nunes, também, que são pessoas que sentaram no plano do PIU. Estão discutindo e realizando um grande trabalho. Ninguém é contra o PIU. Xandão, quero te dar parabéns.

Eu queria estar aqui hoje, trazer para cá, Cláudio da Votorantim com os Vereadores. Nós demos as mãos e juntos, o PIU vai acontecer, com seus ajustes. Positivo, plano da Votorantim. Ninguém é contra. Somente os ajustes que os Vereadores – Vereadora Sílvia, Goulart – estão trabalhando nisso. É isso que a gente quer: essa harmonia.

Vem cá, Xandão, vem aproveitar comigo, aqui, vamos aproveitar os Vereadores, vamos dar a mão, Cláudio da Votorantim. É isso que a gente quer: o povo junto.

A Associação apoia a Leopoldina Para Todos. Ninguém é contra, nós precisamos é de ajustes, em benefício de todos.

Quanto ao Parque Orlando Villas-Boas, nós estivemos também lá com o Vereador Eliseu Gabriel, trabalhando no parque. Vai ser inaugurado, está precisando de uns ajustes para beneficiar o público.

Então, é isso que eu quero: parabenizar a todos. E vejo que está... E parabéns a todos vocês que estão aqui, hoje, porque nós estamos vendo uma Casa vazia e vocês merecem aplausos por estarem aqui, lutando pelo interesse de São Paulo. Nós temos uma São Paulo para todos e é isso que nós queremos.

Mais uma vez, eu peço uma salva de palmas a todos aqui e parabéns, Vereadores. Nosso Subprefeito também, que está aqui, o Ismar, trabalhando e discutindo isso aí.

Obrigado a todos e parabéns a vocês. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado.

Próxima inscrita: Sra. Maria Salete, do bairro ecológico Parque dos Príncipes.

A SRA. MARIA SALETE – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa.

Prazer em te ver aqui, Rodrigo. Você já conhece o Parque dos Príncipes, eu já te convidei, né? Para conhecer. E a nossa causa, você já sabe bem qual é; é, um pouco, muito próxima à causa da maioria, só que no nosso caso, o que nós estamos pedindo é um ajuste técnico no projeto de lei.

Então, o artigo 71 do projeto de lei não inclui o mapa 1. Então, a gente gostaria que vocês incluíssem, no artigo 71 do projeto de lei, o mapa 1 e, dentro do mapa 1, fizessem a inclusão proposta que eu especifiquei, nós especificamos, inclusive na plataforma da câmara digital. E por quê? No caso, o Parque dos Príncipes é um residencial, estritamente residencial, desculpe a redundância, ele é um loteamento estritamente residencial, regido por um contrato de restrições, registrado em cartório, e regido pelo artigo 17, do próprio PDE. Então, ficou uma

dissonância, ele tem esses dois regimentos, no entanto, ele não consta do mapa 1. Eu não sei se ficou claro e vou deixar aqui o mapa 1 para você se lembrarem disso.

Agradeço a atenção da Mesa e espero que a gente realmente consiga ser atendido, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Tem a palavra Luciana, da Associação Nossa Turma.

A SRA. LUCIANA – Bom dia.

Meu nome é Luciana, sei que essa audiência não era para falar do PIU Leopoldina, mas não tem jeito, ainda mais depois de algumas falas. A primeira coisa que eu quero falar é que dentro do PIU Leopoldina, porque o Leopoldina não são só as moradias populares, na verdade tem um grande, a Votorantim vai construir vários novos prédios residenciais e comerciais e toda vez, faz sete anos que a gente escuta esse projeto, desde 2016, agora 2019, no Executivo, em junho de 2019 ele foi para Câmara, já vai fazer quase quatro anos, só uma votação até agora. Durante esses sete anos ninguém questionou os prédios novos que a Votorantim vai fazer, ninguém questionou se tem estrutura para o bairro receber isso, a única questão que se discute são as moradias populares.

Então, as moradias populares do PIU é a única parte do projeto que não prevê uma moradia a mais no bairro, porque ela vai simplesmente trocar aqueles barracos insalubres que muitas vezes não tem nem janela, tem casa que não tem janela, por moradia decente dentro do bairro. São pessoas que já moram aqui, que já usam a educação daqui, que já usam a saúde daqui. Eu queria falar que hoje em dia sobram vagas de creche na cidade, não sei se vocês sabiam, mas a maioria das organizações que fez parceria com a Prefeitura de São Paulo estão com grande problema, porque elas recebem por matrícula, e não por vaga aberta, e tem muitas que estão com vagas ociosas. As crianças que a gente vê nascendo aqui conseguem vaga. Eu conheço gente que a criança com dois meses já consegue vaga. Fora que hoje, quando a mulher está grávida você já pode pedir, então essa não é uma questão.

Fora que no Leopoldina está contemplado tanto creche quanto a área de assistência

social, hora de trabalho, então isso não é uma questão. A grande questão de adensamento no bairro são as moradias de alto padrão. A moradia popular do PIU Leopoldina é zero impacto, é só impacto na melhoria de vida dessas pessoas, primeira coisa.

Segundo, eu acho grande fracasso do Plano Diretor atual foi o adensamento nas regiões de transporte público para os trabalhadores, só quero comentar uma coisa rapidinho, o Prefeito estava discutindo se ele ia colocar ônibus de graça na cidade, queria dizer que hoje quando uma pessoa tem que pegar um ônibus, um metrô, um trem, e outro ônibus, se você pagar via vale transporte, ele não tem integração do ônibus, você tem que pagar duas vezes o ônibus, mais o metrô, eu pago isso para funcionário meu. Se ele comprar direto, como a pessoa física, ele tem direito a integração do ônibus. É muito louco. No pessoal ele paga um ônibus e um metrô, no vale transporte ele tem que pagar dois ônibus e um metrô. Então, é tudo muito caro.

Só finalizando, o PIU Leopoldina vai ser um empreendimento pago pela Votorantim, sem entrar dinheiro na conta da Prefeitura. As contrapartidas são tanto as moradias como os equipamentos públicos. Então, não vai ter aquele problema de falar: “Acabou o dinheiro, a construtora faliu”, etc. É uma contrapartida direta em obras. Poderia ser um exemplo para a cidade, porque a gente está fazendo isso dentro do miolo do bairro, pedindo a contrapartida em obra, e não em dinheiro. Só que esperando sete anos, ninguém vai querer esperar o que a Votorantim está esperando.

Então, por favor, votem o PIU Leopoldina e se preocupem com o adensamento para quem de fato precisa perto do transporte. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próximo inscrito, Sr. Carlos, da Associação Viva Leopoldina.

O SR. CARLOS ALEXANDRE DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar a Sra. Vereadora Silvia, o Vereador Goulart, o Vereador Riva, o Ismar, que está fazendo um excelente trabalho à frente da Prefeitura. Também temos os assessores do Eliseu Gabriel: o Gandhi e dois assessores. Cumprimento também as pessoas do Fórum Social, da Igreja Palavra Viva, que estão presentes, do Observatório Leopoldina.

Trago boas notícias. Estou muito feliz com as falas que ouvi. Faço coro com o Riva, com o Xandão, com a própria Luciana. A gente repudia qualquer tipo de fala que é higienista. O bairro é para todo mundo, as pessoas têm direito à moradia. Essa é uma visão muito clara da associação. E o que é legal: os Vereadores estão aqui para ouvir a gente em um sábado de manhã. Eles destinaram o tempo deles, deixaram suas famílias para virem aqui. Isso envolve uma abnegação. E quando a gente aciona o Poder Público, em geral a gente vem sendo atendido em algumas questões.

Na questão do PIU Leopoldina, eu vejo um encaminhamento positivo. Não é uma discussão social, é uma discussão de planejamento urbanístico e financeiro. Então, evoluiu, aumentou o investimento. Existia uma questão do tempo, vamos dizer, de espera para construir essas moradias. Então, a Votorantim flexibilizou, vai fazer o acolhimento de todas essas moradias dentro da área institucional. Isso, naturalmente, vai acelerar a questão da entrega, diminuindo o sofrimento da população dessas comunidades, que sofrem com chuva, com enchente, com problema de telha, relatados pelo Xandão.

Então, eu vejo de uma maneira muito positiva. Acho que o PIU, agora, com esses ajustes, acredito que possa evoluir e ter um encaminhamento, porque essa questão do diálogo local está sendo resolvida; as pessoas estão se entendendo. Esse é o caminho natural de qualquer questão. Quando se propõe uma intervenção urbanística profunda, vai haver uma discussão, haverá ajuste, vai haver diálogo. Então, todos aqui estão de parabéns, e espero que o substitutivo então evolua com os ajustes.

O Parque Orlando Villas-Boas, o Vereador Eliseu Gabriel esteve fazendo uma visita. Falta pouco. Então, a população gostaria muito de ter esse equipamento, que vai atender a população carente da região. Eu vejo que falta pouco.

Eu queria fazer um agradecimento especial para o Vereador Rubinho Nunes, que não está aqui. Está fazendo um excelente trabalho à frente da Comissão de Política Urbana na Câmara Municipal. Ele machucou o pé, por isso ele não está aqui. Ele tem ido a todas as audiências públicas e tem atendido e ouvido a população como um todo.

Então, muito obrigado, e um bom dia. E parabéns a todos que vieram aqui nesse sábado frio para defender seus direitos e colocar seus interesses. Um abraço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado.

Próxima inscrita, Sra. Sheila, do Pró-Pinheiros.

A SRA. SHEILA – Bom dia, eu sou baixinha, como é que faz com o microfone? (Pausa) Dá para ouvir? (Pausa) Desconta meu tempo. Pronto.

Bom dia, obrigada pela oportunidade. Eu venho pelo Pro-Pinheiros, mas acho que falo de uma cidade por completo. Primeiro, questiono Plano Diretor tem a palavra “plano” e eu não sei onde está o plano. Estou vendo uma destruição sem um projeto. Vamos lá, vou tentar esclarecer.

Ambiental. Existem soluções modernas que falam de jardins que purificam as águas devolvidas; de mini-florestas urbanas em áreas muito pequenas.

Social. Estramos vendo um comércio local sendo expulso; gente que vai ficar sem oportunidade; por que os “esses”, por exemplo, como o Sebrae, não puderam preparar esses comerciantes para esses novos lugares, essas tais fachadas ativas; está havendo fiscalização nessas fachadas ativas?

Trânsito e Infraestrutura. Como é que ficará o trânsito nessas regiões tão adensadas por toda a cidade; as construtoras estão sendo responsabilizadas por buracos e danos deixados por seu próprio trabalho; contrapartida: esse IPTU a mais que será arrecadado, como ele será devolvido para a população; teremos o quê: parques, aterramentos de fios, orientação para árvores que caem prejudicando tudo isso, com raízes que nem têm espaço para se estabelecer?

Saúde e educação. Também está entre os tópicos da minha fala.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado.

Próxima inscrita é a Sra. Lucia Maria, Sub do Butantã.

A SRA. LUCIA MARIA – Bom dia a todos e a todas e a todes.

Sou da Sub do Butantã, mas eu era da sociedade civil também no Butantã durante

os outros planos diretores e, com relação à Operação Vila Sônia, tivemos uma ação como comunidade muito forte por conta de um túnel que estava previsto, debaixo do Parque Previdência, que ia destruir o substrato do parque e também a praça Elis Regina, o qual foi suspenso pelo Ministério Público por falta de participação popular e porque não estava atendendo a questão de mobilidade, pois era um túnel mal projetado e que impactaria tremendamente o viário e a parte ambiental tanto do Parque Previdência, quanto da praça Elis Regina, que são equipamentos muito usados pela população.

Apresentamos, várias vezes, perdão, nós descobrimos que o túnel foi rerepresentado no Mapa 9 da Revisão do Plano Diretor, e, por isso, estamos contestando, porque não tem nenhum texto falando sobre ele no corpo da lei, na parte escrita, mas está lá no mapa. Tem, nesse mapa, um corredor de ônibus exatamente naquela posição que existia o túnel que foi suspenso pelo Ministério Público.

Então, queríamos, aliás já tínhamos falado nas últimas audiências públicas, no Executivo, e estamos agora pautando na Câmara.

Outra coisa que foi pedida muitas vezes nos encontros participativos... Fizemos vários; no Butantã especialmente, fizemos quatro encontros extras para ouvir a população, aumentando a capacidade de SMUL – de 20 pessoas na audiência pública de SMUL, nós tivemos 200 participações nos outros encontros –, e uma das questões que foram apresentadas a do Viveiros II, que é uma área de recreio de loteamento do conjunto habitacional Butantã que foi grafada como Zona Mista no Plano de Zoneamento passado e se deram a permissão de propor prédios para serem construídos em uma área que é de recreio de loteamento, um respiro dentro do bairro, uma área verde, que a população, nos encontros participativos, pediu para que fosse transformada em parque. Porém, no Quadro 7, referente aos parques, a área do Viveiros II não foi inserida. Por isso, eu estou pedindo agora para que seja inserida.

A outra questão que foi muito solicitada foi o desenvolvimento econômico no distrito mais pobre do Butantã, que é o Raposo Tavares. Nós pedimos que lá fosse um eixo de desenvolvimento econômico participativo, mas foi incluído como uma centralidade linear voltada

para o desenvolvimento econômico. Nós queremos que seja um projeto feito juntamente com a população, porque nós não queremos que seja uma flexibilização do Zoneamento, como foram todos os PIUs até agora, e que seja um projeto urbano que conte com a participação das pessoas, para saber o que elas estão precisando no bairro.

São essas as três intervenções. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – A próxima inscrita é a Sra. Ana Uchôa, do Movimento Eco Cultural São Francisco.

A SRA. ANA MARIA RADDI UCHÔA – Bom dia a todos, a todas e a todes. Bom dia à Mesa, à Vereadora Silvia, ao Presidente Goulart e ao Vereador Riva.

Eu vou falar de um caso encarnado, mas eu acho que, na realidade, são essas as ocasiões que nós temos para conhecer o que acontece na cidade. A minha fala é sobre meio ambiente, já que hoje nós teremos duas audiências, e essa é a parte que me cabe.

Nós somos da Vila São Francisco, onde há o Parque Colina de São Francisco, uma área com nascentes em volta, porque a cidade de São Francisco tem nascentes domiciliares.

O que estamos propondo para essa área que teoricamente já é de preservação? Concordando com a fala dos que me antecederam, entre Osasco e a USP, nós estamos em uma parte mais preservada, mas onde ninguém chega porque é necessário consertar a numeração da Avenida Cândido Motta Filho, porque ninguém chega a esse parque, que era quintal das construtoras, mas que, juntamente com os movimentos que estão aqui, nós conseguimos torná-lo público. A gente queria garantir que a área fosse uma unidade de conservação, não apenas um parque urbano, mas houve uma Parceria Público-Privada que tirou toda a biodiversidade e só deixou algumas plantinhas em alguns lugares, porque o núcleo continua. Tornou-se, portanto, algo muito pasteurizado.

Então, queremos que esteja previsto uma unidade de conservação, porque a resiliência será maior se essas áreas do Butantã e adjacências, o próprio parque e o entorno da Rua Conde Luiz Eduardo Matarazzo em toda a sua extensão forem ZER-1 e ZER-2, áreas cujo zoneamento não se pode mexer, e é lá onde estão as nascentes.

Eu não vou me prolongar. A gente tinha itens correlacionados que já foram contemplados, porque isso nós já fizemos no Plano de Metas, que é o o mapeamento hídrico da região, como sendo muito importante.

Também temos um projeto de bairro sustentável que a USP fez e a gente tinha, imagina, recurso, na época, da Noruega com Alemanha. Mas aí a gente não podia implantar porque na Prefeitura falava, sabe assim, mesmo tendo ido com os titulares lá cinco vezes, não dá para implantar porque, enfim, tem que acontecer alguma coisa no meio e eu acho que essa coisa no meio é prever, então, alguns bairros, alguns não, a cidade inteira tem que ter tudo isso. Mas se tivesse uma demarcação de alguns bairros sustentáveis, isso nos ajudaria. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado.

Próximo inscrito, Sr. João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO – João Pedro, Pinheiros/Vila Madalena, conselheiro de saúde e um dos coordenadores da União dos Moradores de Pinheiros, Umopi.

Primeiro, subseção II, artigo 42. Vocês colocam 30% para HIS. Ótimo. Gostaria que acrescentasse, como já está no atual Plano, e equipamentos públicos sociais. Na subseção III, também no artigo 43, idem, e equipamentos públicos sociais.

Gostaria de agradecer uma vez que o PIU Leopoldina está resolvido. Votorantim veio aqui e falou. Nós estamos preocupados com a PPP, que são mais de mil apartamentos lá e nós queremos que saia logo esse PIU até por conta da PPP que serão mais mil apartamentos para classe menos favorecida.

Outra coisa, a gente tem um mapa de Pinheiros. Você vê que é tudo em azul, que é a ZEU, ZEU futura, ou seja, dá uma verticalização enorme. Entretanto, a infraestrutura é de 50 anos atrás. Tem que ter em cada ZEU ou várias ZEUs juntas aí como se fosse uma Operação Urbana ou um PIU, porque a infraestrutura não dá conta e essa verticalização horrível, em Pinheiros, está numa gentrificação enorme e tem que garantir a questão da Habitação Social e equipamentos públicos sociais.

Sei que vocês vão falar: “o dinheiro daqui vai não sei para onde. Vai ajudar o pessoal

da periferia”. Mas será que dá para deixar um pouquinho para nós, um pouquinho? Dá para negociar isso? Tiram tudo de nós. Só deixam a poluição. Não dá.

Outra coisa, Plano de Bairro e Plano de Subprefeitura tem que ser através de lei. Se for decreto não vale. Decreto eles rasgam e jogam no lixo. (Palmas). Tem que ser lei.

Então, Srs. Vereadores, dá para negociar um pouco de dinheiro para nossa região? Uma parte da outorga, pelo menos? (Palmas).

Afinal, senhores, ano que vem tem eleição. Lembrem-se disso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próxima inscrita, Sra. Maria Bonafé, arquiteta, do Alto de Pinheiros.

A SRA. MARIA BONAFÉ – Bom dia a todos.

Eu moro no Alto de Pinheiros, eu sou arquiteto, eu trabalho na Prefeitura também. E o que eu queria colocar diz respeito ao adensamento por empreendimentos de alto padrão e a não obrigatoriedade desses empreendimentos fazerem a coleta de esgoto e o tratamento de esgoto. Existem os processos de certificação Aqua, por exemplo, que alguns empreendimentos fazem, e isso poderia ser obrigatório. Eu não sei como deveria ter sido parte do Código de Obras, mas eu acho que dá para incluir na parte de saneamento do Plano Diretor uma certa obrigatoriedade. Primeiro que é um absurdo esse adensamento na cidade inteira. Pinheiros está destruída; acabou o sol. E como que vai levar todo esse esgoto para a Sabesp tratar? Eu acho um absurdo. Isso, eu estou colocando há uns dez anos. Eu fiz tese de doutorado sobre recursos hídricos e acho que chega uma hora em que poderia ser colocado: recolhe o esgoto do prédio, transforma em água e essa água é consumida no próprio prédio. Dá para fazer isso. Nós temos, no Butantã, um empreendimento que chama Reserva Raposo. Lá, toda aquela gente está lançando esgoto para a cidade. E é um ônus para a cidade e é uma falta de infraestrutura total.

Então, eu acho que dá para fazer, incorporar isso na legislação, porque não basta só a coisa da drenagem, os cálculos de drenagem, de deixar área para a drenagem. O esgoto é muito importante, e isso até poderia ser feito também com lixo. Daria para reciclar o lixo, inclusive no próprio empreendimento, porque isso faz parte das certificações ambientais.

Era isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado.

Próxima inscrita, a Sra. Ana Paula Lima, CPM Lapa.

A SRA. ANA PAULA LIMA – Bom dia a todos.

Eu sou Ana Paula, do CPM da Lapa, parceira do Humberto.

Primeiro, o que me chama a atenção é a quantidade de pessoas participando.

Infelizmente somos poucos e o que nos falta uma cultura da participação – que eu acho que está começando aqui, na cidade. Até ontem, o Executivo participou da Semana Internacional do Governo aberto, que traz maneiras de participação da população. E pensamos muito sobre os motivos de não participar. Muitos pensam que a população é desinteressada. Eu acho que não é isso. Eu acho que tem a parcela que não acredita que vai ser ouvida e acho que isso tem de ser motivo de preocupação para quem está no Legislativo e Executivo, tem parte das pessoas que trabalham em turnos que não condizem com o horário das reuniões. E pessoas que conseguem se organizar como o Pró-Pinheiros, que trazem pessoas, é um esforço que eles fazem, interno, para conseguirem ser ouvidos. Estamos sempre fazendo esforços para sermos ouvidos e acho que a Prefeitura e o Legislativo ainda têm muito a melhorar nesse sentido de como escutar a população de uma maneira mais contínua, talvez, não em momentos tão específicos, que são sempre corridos e tem prazo para entregar a lei, tem prazo para fazer a audiência.

E o que aconteceu com o Plano de 2014, foi que a teoria levou um soco bem grande da realidade, que é o mercado imobiliário. O plano era trazer a moradia perto do transporte, para que fosse utilizado o transporte coletivo e não o transporte individual. E aconteceu que as garagens continuaram a existir nesses eixos, o que não era para ter ocorrido. O que nos perguntamos é: quando vocês sentam, a Prefeitura e o Legislativo, para conversar com o mercado imobiliário, a impressão que dá é que vocês sempre se colocam na posição de perguntar, o que vocês querem, o que podemos dar para vocês. Nunca o inverso, o que vocês podem dar para a cidade, o que vocês podem ceder, porque não vemos o mercado ceder no

sentido de, se vão construir, estão investindo em energia solar, em drenagem, o que vocês cobram deles? Acho que vocês não cobram muito e fica uma administração muito pequena para uma cidade muito grande. Era isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado.

Próximo inscrito, Sra. Mara Silvia, da Avive Parque dos Príncipes.

A SRA. MARA SILVIA – Bom dia.

Prezados senhores, prezadas pessoas que estão aqui, vou ser bem objetiva, porque várias pessoas já falaram a respeito deste assunto. Vocês, inclusive, receberam o material, um assunto importantíssimo que seria, vou reforçar, por favor, a inclusão da PP do Parque dos Príncipes e da Floresta Vila São Francisco.

É a última área verde urbana que temos. É uma floresta com milhares de espécies de plantas, de árvores. Então, viemos pedir encarecidamente para que votem a favor da inclusão, pois tornando-se lei estaremos protegidos. É um corredor ecológico, essa é a parte mais importante, existe migração de várias espécies de pássaros que passam por lá. Então, se tirar esse corredor ecológico, mais morte. Todas as coisas faladas aqui são superimportantes, mas acho que a floresta é vida. Sei que isso é redundância, meio ambiente é redundância, todos estão cansados de falar sobre isso, mas dependemos para viver também do verde e da floresta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado.

Já caminhamos para o final, temos mais cinco inscritos. Estava conversando com a Vereadora Silvia da Bancada Feminista e o Vereador Fabio Riva, tenho um compromisso em Parelheiros, então, praticamente tenho de atravessar a cidade, vou ter de me retirar, mas vou passar a presidência ao Vereador Fabio Riva, que conduzirá com a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, o final da audiência. Também com o nosso Subprefeito e toda a equipe da Câmara.

Gostaria só de pontuar, sobre essa questão de como estamos tratando o processo legislativo, vocês têm acompanhado, e muito temos nos reencontrado em muitas das audiências

públicas, as mais de 55 audiências, em todas as regiões da cidade, nos mais variados dias e horários. Então, tivemos audiências de segunda a segunda. Se eu não me engano, acho que só de domingo ainda não teve, mas de segunda a sábado e todos os dias, em diversos horários, assim como hoje nós teremos as últimas audiências públicas desse processo no Legislativo.

Informo também que todos os outros canais continuam em funcionamento e o *site* da TV Câmara estará aberto às contribuições até segunda-feira para essas contribuições; fora as contribuições que já recebemos, que já foram muitas.

As manifestações aqui são das mais diversas e chamam a atenção sempre. E quero agradecer mais uma vez o Sr. Lamartine Posella, Pastor Presidente da YAH Church; também o Sr. Daniel Brandão, a quem agradeço pela colaboração da Church. E por que eu falei isso? Por causa do PIU Leopoldina. Quantas vezes nós já não estivemos aqui nesse local, e na Câmara também, discutindo sobre o PIU Leopoldina? Depois, o Vereador Fabio Riva fará um encaminhamento aqui e eu não vou dar *spoiler*, mas acho que é muito importante para o desenvolvimento da região da cidade e que possamos seguir modelos como esse em outras regiões.

Também falamos muito aqui de mobilidade, a questão dos eixos, que temos discutido junto aos demais Vereadores, e eu acho que teremos propostas nesse sentido. O Plano Diretor foi dividido – vamos dizer assim – em dois eixos: o eixo de verdade, o eixo de estruturação; e os PIUs. E, quando os PIUs não se tornam realidade, podemos dizer que o Plano Diretor acaba ficando manco. Então, nós dependemos de outros instrumentos para desenvolver o Plano Diretor.

Em 2014, o Plano Diretor foi inovador, mas se passaram nove anos e, infelizmente, por falta de efetividade de algumas políticas públicas, nós vemos essas deficiências hoje. Por isso, estamos discutindo essa revisão intermediária para nós aprimorarmos o que for possível e tendo uma validade ainda de mais seis anos, até 2029.

Temos uma preocupação muito grande com a questão ambiental também, a questão da drenagem da cidade; além da questão de moradia. E eu tenho conversado muito com a

Vereadora Silvia, com o Vereador Riva e com os demais Vereadores também que têm essa mesma preocupação com a moradia. O Vereador Riva participou de um movimento muito importante de moradia; assim como a Vereadora Silvia, que ontem fez uma audiência pública muito grande no M'Boi Mirim. E todas as audiências, não importa a região, têm tido essa demanda da moradia. Inclusive, ontem, na reunião com Pró-Pinheiros.

Eu cito a Pró-Pinheiros aqui, porque a maioria dos participantes de hoje é desse movimento. Até sugeri na reunião de ontem que identificassem no território algumas áreas para que nós possamos direcionar a construção de HIS 1, que também é muito importante. Não dá para ter construção de médio e alto padrão, comércio, e não ter também a moradia para pessoas com faixa de renda mais baixa, que precisam ser atendidas por HIS 1, assim como todos os outros que também necessitam.

A Sra. Salete, do Parque dos Príncipes, já foi embora; mas tive o prazer de estar lá com ela no conjunto habitacional. É um local diferenciado realmente e, com certeza, daremos atenção especial, até por ser uma área de preservação.

Esta semana será uma semana final para nós preparamos o texto do relatório que será levado à apreciação da Comissão de Política Urbana. A primeira audiência, antes da votação, será na segunda-feira, dia 22, e a previsão é que a primeira votação seja no dia 23. Entre essa primeira votação e a segunda, que está prevista para o dia 30, teremos mais duas audiências públicas. Uma delas está prevista para o dia 26, porém, por se tratar de uma sexta-feira, vamos tentar antecipar para quinta-feira, dia 25. E, na segunda-feira, dia 29, faremos mais uma audiência pública antes da segunda votação.

A ideia que nós estamos buscando, junto aos líderes, é que não sejam apresentadas emendas entre a primeira e a segunda votação. Apesar de ser prerrogativa de cada um dos 55 Vereadores apresentar as emendas, mas que todas as contribuições estejam acolhidas nesse primeiro relatório.

Agradeço a participação de cada um de vocês. E contem conosco nessa reta final da preparação do relatório da Revisão Intermediária do Plano Diretor.

Muito obrigado. Bom trabalho a todos.

- Assume a presidência o Sr. Fabio Riva.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Sucesso no seu trabalho, Rodrigo.

Dando continuidade, tem a palavra a Sra. Elizabeth Salgado.

A SRA. ELIZABETH SALGADO – Bom dia a todas pessoas, inclusive, à Mesa.

Eu estudo esta cidade já há algum tempo – sou urbanista, além de moradora, e também assessoro algumas associações. Particpei de quase todas as audiências feitas pelo Executivo, e tenho participado de algumas na Câmara, e tem me chamado a atenção algumas coisas muito importantes.

Primeiro, eu acho que tem que ficar um pouco mais claro para as pessoas a questão da hierarquia da legislação urbanística – o plano diretor, as leis de zoneamento, e alguns instrumentos como PIU, plano de bairro, etc. Isso porque o Plano Diretor, que está sendo revisto agora, define algumas coisas extremamente importantes que depois vão impedir modificações nos próximos instrumentos.

Por exemplo, nessa revisão, o que eu venho observando é que muitas modificações foram feitas nos artigos referentes ao PIU e aos planos de bairro.

Eu sou superdefensora de plano de bairro, inclusive, já escrevi livros a respeito, acho fundamental a instituição real desses instrumentos. E o Plano Diretor pecou quando instituiu mais ou menos esses dois instrumentos, tanto é que eles não entraram em vigor; praticamente, não foram implantados desde 2014.

Então, o que eu venho observando da população, sistematicamente, desde as audiências do Executivo, são as mesmas questões: as questões referentes ao seu bairro, questões fundamentais que tem que ser trabalhadas numa escala diferente do Plano Diretor.

Agora, o Plano Diretor tem que permitir ou facilitar que essas coisas aconteçam. Por exemplo, ficou para o plano de bairro uma coisa que eu considero muito pífia: detalhamento, mas sem feedback. O plano de bairro não consegue voltar e interferir e modificar zoneamentos, por exemplo. Então, o plano de bairro fica com um detalhamento frágil, porque o Plano Diretor

garante algumas coisas que ficam consagradas, viram tabu – por exemplo, em relação à ZER: 30% do território de área de urbanização consolidada é garantida para ZER, e ninguém discute. Depois sobram alguns bairros extremamente importantes, consolidados, antigos, e extremamente diversificados, onde observamos a população lutando sistematicamente para manter uma qualidade de vida que ela vem perdendo sistematicamente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Para concluir.

A SRA. ELISABETH SALGADO – Ora, até politicamente, desculpe, eu não estou querendo dar lição para ninguém, mas um plano de bairro coloca a população mais perto do Poder Público, mais perto inclusive para negociar com forças muito grandes como do setor imobiliário.

O setor imobiliário se capitalizou, nesses últimos 20 anos, nesta cidade, assustadoramente. Eles têm ações na Bolsa, hoje eles quebram quarteirões inteiros, constroem cidades dentro de cidades, porque o adensamento que é feito é de cidades dentro de cidades.

Então o setor se capitalizou. Ele tem uma força muito grande. O Poder Executivo vai se fragilizando se ele não coloca a população mais perto até para negociar...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Desculpe. Só peço que a senhora conclua o seu raciocínio, por favor.

A SRA. ELISABETH SALGADO – Desculpe.

O plano de bairro é um instrumento fundamental para isso, mas ele tem que ser instituído com mais força, desde o Plano Diretor, mesmo com a revisão que foi feita, eu denuncio que ele ainda ficou um instrumento fragilizado, porque ele não tem força de lei e também não retorna para as hierarquias superiores.

Desculpe, excedi o tempo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado.

O próximo inscrito é Fernando Miranda, do Movimento Cuidar do Viveiro 2.

O SR. FERNANDO MIRANDA – Bom dia a todos. Bom dia aos Vereadores. Agradecemos em nome do Movimento Cuidar do Viveiro 2 a oportunidade de a gente se colocar.

Representando o Movimento Cuidar do Viveiro 2, não é o 1, é o 2, é outra área que fica localizada no bairro do Butantã, mais ou menos ali na região da Raposo Tavares, Praça Elis Regina, Universidade de São Paulo – USP, que tem ligação com algumas regiões mais específicas dentro do Butantã, como Conjunto Residencial Butantã, Jardim Rizzo, Vila Indiana, Jardim Bonfiglioli, Vila Gomes etc.

O espaço do Viveiro 2 é uma área verde, parcialmente com vegetação nativa e que é ocupada com autorização da Subprefeitura do Butantã já alguns anos pelo Movimento Cuidar do Viveiro 2.

O que o Movimento Cuidar do Viveiro 2 faz na área do Viveiro 2? Ele promove o reflorestamento do espaço com mudas, árvores nativas, não exóticas; promove atividades de compostagem, ensino de compostagem, construção de composteiras para compostagem. Ele recebe a visita de escolas do entorno, como Escola Amorim Lima, Arco Escola Cooperativa, Escola da Vila; promove caminhadas pelo espaço com os moradores do bairro e também, eventualmente, com moradores de outros bairros; e faz troca de mudas de plantas, faz a catalogação. Resumindo, o Movimento Cuidar do Viveiro 2 preserva o espaço por meio da educação ambiental e através da ocupação popular.

O bairro do Butantã, falando especificamente dessa região, tem sido alvo de alguns movimentos, digamos, que não são tão interessantes para a preservação ambiental. Isso se intensifica com a chegada das estações de metrô Butantã e Vila Sônia.

A Fundação Instituto Butantan - não é o Instituto Butantan, é a Fundação Instituto Butantan - também promoveu um desmate enorme dentro do *campus* da Universidade de São Paulo, colocando também em risco o Ponto de Economia Solidária que conjuga a luta antimanicomial, agricultura orgânica e economia solidária; e colocou em risco também, e coloca – falei no passado, mas o silêncio da Fundação Instituto Butantã também incomoda -, coloca em risco também a Escola Estadual Alberto Torres, que é considerada a primeira escola agrária de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Para concluir, Fernando.

O SR. FERNANDO MIRANDA – Isso tudo junto, pela proximidade da Universidade de São Paulo, essa região também tem sido alvo da construção de muitas do que eu conhecia antigamente como quitinetes e hoje, talvez para agregar valor e cobrar mais caro por um espaço mínimo, são chamados de estúdios. Isso está proliferando no bairro. Então tem sido muito objeto de cobiça, por causa dos empreendedores do mal, porque existe também um pessoal que tem uma certa consciência na hora de fazer o seu negócio, construir o seu espaço, enfim.

Enfim, o que o Movimento Cuidar do Viveiro 2 reivindica? Que o espaço do Viveiro 2 se torne uma ZEPAM. Acho que a maioria aqui sabe o que é ZEPAM, tem um pessoal com muito mais conhecimento do que eu. Que se torne uma ZEPEC. E por que uma ZEPEC? Porque quase que mensalmente o espaço do Viveiro 2, em parte, abriga Feira Agroecológica das Mulheres, que eu recomendo a todos que façam uma visita. Ela acontece quase que mensalmente. Por fim, que o espaço do Viveiro 2 se torne um parque com vocação de viveiro, ou seja, que ele restabeleça, que seja restabelecida a sua função de viveiro.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Fernando.

Próximo, Robertinho, Associação Família Soccer XI Garotos da Lapa.

Faltam o Robertinho e mais duas pessoas, só para dizer que estamos chegando ao final das falas.

O SR. ROBERTO – Bom dia à Mesa. Bom dia a todos.

Meu nome é Roberto, sou conhecido como Robertinho da Lapa. Eu tenho um projeto social chamado XI Garotos aqui na nossa região. Eu faço recuperação de menor infrator, inclusão social, então incomodo um pouco aqueles que pagam, porque o meu é de graça, então é isso que a gente tem que entregar para a população.

Mas hoje a pauta é o Plano Diretor Estratégico. Eu moro numa travessa da Cerro Corá e eu pensei que lá nunca ia chegar um empreendimento, mas chegou. E não chega só para destruir as casas antigas, chega para destruir a rua, o fio, a fauna que tinha, as árvores.

Esse tipo de projeto tem que ser muito bem desenhado e direcionado, porque o

volume de carros que passam na minha rua é assustador. Quem sai da Lapa, o único que tem de subir para entrar na Cerro Corá é a via Camboriú, Ponta Porã e Camboriú, não tem outro lugar.

Eu moro há 50 anos lá, eu tenho 32 anos de carta de habilitação e na semana passada uma mulher bateu no meu carro, eu saindo da garagem. Nunca bati. Por que será? Volume desordenado. Desde 2006 eu brigo com o Conseg da Lapa para a gente fazer uma via de mão única, já prevendo o hoje, 2006. Nós tivemos outras audiências referentes a isso, e principalmente quando fala da Ponte de Pirituba.

Imagine o volume que virá para esta região. Eu não sou contra nada disso. A evolução está aí, desde que ela seja bem respeitada para todos. Não é para atender uma população? Onde você desaloja aqueles que estão lá dentro? Que já moram lá dentro? É esse o tipo de olhar que preciso que a Câmara dos Vereadores, a Prefeitura, tenha para todos nós.

Fico feliz em saber que o PIU está saindo, vai sair. Mas a gente só acredita vendo, porque são tantas coisas que a gente fala que acontece e não acontece.

Quem é morador lapiano sabe. Nós tínhamos quatro hospitais na Lapa, hoje, não temos nenhum. Nenhum para atender ninguém. Isso é difícil.

Eu sou SUS, estou andando mancando por que quero? Porque é demorado o processo dentro do SUS. Eu não sei se tive um derrame, não sei o que eu tive, mas é assim que somos tratados como cidadãos.

Está na hora de olhar um pouco mais à frente. (Palmas) Estamos olhando só para o nosso umbigo, não estamos olhando para todo universo. Quando a gente olhar um pouco mais à frente, este país vai ser bom para todo mundo.

É essa a igualdade que a gente quer. A gente não quer melhoria para um, para outro, ou uma porcentagem para um ou para o outro. É igualdade para todo mundo e pronto. Esse é o direito de todos. Todos são de carne e osso aqui. Os direitos são iguais.

É como uma pessoa falou que não volta aquilo que foi direcionado. Como que se muda uma ZEIS, não volta para falar para fazer uma revisão. Olha a rua como ficou, virou um

queijo suíço. Sabe a briga que se tem com a Prefeitura para fazer a rua? Agora, porque a construtora que já ganhou para fazer aquele empreendimento não faz a rua que destruiu.

Aí todo mundo fica brigando que o fio tem que ser no ar ou tem de ser enterrado. Por que tem fio? A tecnologia está aí porque ainda existe o fio? Tira o fio. As pessoas têm que começar a pensar, começar a colocar essas pessoas para uma discussão.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Só para concluir, Robertinho.

O SR. ROBERTO – Obrigado pela oportunidade. Parabéns para quem está aqui. Senti falta de muitas lideranças que falam, falam e não estão aqui, mas que deveriam estar aqui presentes. Muitos moradores deveriam estar aqui. Vocês estão honrando aqueles que não estão.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado a você. A próxima inscrita é a Sra. Renata, do Pró-Pinheiros, por favor.

A SRA. RENATA – Bom dia, Srs. Vereadores. Bom dia demais participantes.

Meu nome é Renata, sou integrante e apoiadora do Movimento Pró-Pinheiros, também representante do Quadrilátero Vilas do Sol. Parabenizo todos pela participação.

Em especial, gostaria de destacar também a fala da Ana Paula, do Conselho Participativo da Lapa, com a qual eu concordo integralmente.

Nesta oportunidade, eu gostaria de externar preocupação com a destruição do bairro de Pinheiros e pelo verdadeiro arrastão que está sendo promovido pelas incorporadoras, através da expulsão dos moradores e da destruição do comércio baixo, do desrespeito ao meio ambiente. Tudo isso em prol de uma verticalização considerada predatória, que promove a exclusão social, porque não contempla a moradia para pessoas de média e baixa renda.

Esta é a oportunidade que temos para corrigirmos, justamente, essa distorção. Acredito que com a efetivação dos planos de bairro, nós poderíamos melhor adequar e equilibrar a indústria construtiva que está privilegiando os investidores e pessoas de alta renda, que compram essas microunidades, os denominados estúdios, tão somente para investimento.

Isso vem em detrimento à moradia de pessoas que efetivamente necessitam de

transporte público e de melhor acesso à cidade como um todo.

A cidade de São Paulo não pode ser nem conivente e nem subserviente “à força da grana que ergue e destrói coisas belas”, para lembrar Caetano Veloso. (Palmas)

Por fim, eu acredito que dentro dos instrumentos do plano de bairro, gostaria de fazer um apelo, para que dentro desses planos de bairros, possamos olhar melhor para a situação das moradias das vilas de casas. Não só das vilas que existem no bairro de Pinheiros, mas na cidade como um todo. Essas vilas são importantes corredores de ventilação e de iluminação para os bairros e elas possuem aspectos ambientais e sócio culturais muito peculiares e acredito que elas mereçam um olhar mais cuidadoso por parte dos senhores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado.

Quero registrar a presença do Sergio Gim, Assessor da Secretaria de Infraestrutura Urbana. Muito obrigado pela presença.

Próxima inscrita Sra. Alexandra Swerts, Fórum Social.

A SRA. ALEXANDRA SWERTS – Bom dia a todos. Bom dia à plateia que veio se dedicar à participação social. Bom dia à Mesa.

Quero agradecer a presença dos Srs. Vereadores, inclusive, aos que já se foram, e ao nosso Subprefeito Ismar, da Lapa.

Todas as falas que tiveram antes, quase todas, me contemplaram. Então não vou ser redundante, mas quero pedir: libera PIU Leopoldina, libera moradia social na zona Oeste, Jaguaré, Butantã, Pinheiros. Todas as regiões e distritos do nosso território Oeste eles precisam, apesar de muito valorizados, precisam contemplar as pessoas que moram em vulnerabilidade. Elas são vulnerabilizadas e precisam morar no território seguindo o Plano Municipal de Habitação que fala sobre isso.

Gostaria de falar os planos. Eles existem. Plano de Mobilidade, Plano de Bairro que não pode ser decreto, PlanClima, Planpavel, PMAU, Plano Municipal de Habitação, Agenda 2030. Todos os planos existem, mas precisam ser executados e a execução desse plano, em

parte, dá na base, no Governo local. Então, a atenção da Subprefeitura ao que acontece no território é fundamental e parece que ela não dá o valor devido a esse espaço.

A Subprefeitura deveria fiscalizar, acompanhar, cuidar e resguardar as áreas públicas. Não vemos isso na Lapa. Temos inúmeros processos no Ministério Público, com o avanço das pessoas nas áreas verdes, nas praças com outras intenções - e não estou falando da iniciativa privada. Enquanto a gente não resolve o PIU Leopoldina, Arcos de Pinheiros e outros projetos da cidade, na rua Mofarrej tem um condomínio que previa uma praça, em frente. Essa praça não existe. A Mofarrej não tem uma praça. Não existe uma praça. Precisava ser desenhada, precisava ser resguardada e tem área pública dentro dos lotes, desses condomínios.

É complicado para nós, vemos que a cidade vai se destruindo, enquanto a revisão é feita. Não há um congelamento do que já existe. A gente não consegue desenhar. Então, plano de Bairro é fundamental e o poder se emana do povo, se vem da base ele precisa ser erguido, precisa ser construído. Esse esvaziamento é de descredito nas leis, no governo, na representatividade. Se a gente construísse de base, se a cada um domingo do mês, ou sábado a gente tivesse aqui construindo o melhor bairro, o bairro que a gente quer, todos nós estaríamos de acordo e teríamos condições de acompanhar os planos do Governo. É bastante complicado. Vim aqui com um gosto superamargo da participação social que o CPM ainda bem que tem uma representante da Lapa, existe há mais de 10 anos e a gente não vê efetivar a participação social com todos os outros conselhos – de Saúde, de Meio Ambiente. O CADES Lapa não está aqui. CADES Pinheiros, CADES Butantã. Cadê a representação? Elas existem, elas estão atuantes, mas elas não aguentam mais.

Então, se a gente quer mudar alguma coisa, se é de verdade a participação, parece que não vai ser aqui que vai ser construída.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Só para concluir, por favor.

A SRA. ALEXANDRA SWERTS – Então é isso.

Desejo melhor sorte ao PDE, à revisão, espero que esteja contemplada e que as leis sejam respeitadas, que os planos sejam vistos e que as pessoas passem, de verdade, a integrar

a cidade, não fracionar para os seus próprios interesses.

Obrigada, bom dia a todos. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Alexandra.

Só queria fazer um registro: nós tivemos 35 pessoas que tiveram direito à fala, os inscritos. Queria agradecer muito por todas as contribuições pertinentes, contribuições que vão de encontro com aquilo que é o desejo da Câmara Municipal e ouvir cada vez mais a sociedade.

A gente sabe que, nos momentos atuais, reunir pessoas não é uma tarefa simples. Não é uma tarefa simples. A tecnologia, muitas vezes, acaba sendo um caminho, ou melhor, um atalho da relação humana, entre você ter o convívio, a fala, o olhar, diuturnamente com aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuem para a construção de uma cidade melhor. Então, queria agradecer a cada um de vocês, que eu prezo muito pela qualidade, não pela quantidade e a qualidade das pessoas que tiveram o uso da fala, aqui, é o que importa para a nossa audiência pública.

Antes de passar para a Vereadora Silvia e para o Ismar, eu queria só fazer um encaminhamento em atenção ao PIU Leopoldina. Nós temos aqui: Rodrigo, que é o relator do PDE, da revisão; Vereadora Silvia, que é membra da Comissão de Política Urbana – eu também, como membro. Mandei mensagem para o Vereador Rubinho, tendo em vista as falas aqui, tanto da Votorantim, como do Xandão, como do Carlos, representante da Associação Viva Leopoldina, que existe uma conversa e um consenso, no ponto de vista de votação, daquilo que o bairro espera com esse projeto.

Eu tomei a liberdade e quero fazer, aqui, um pedido: de que vocês formalizem, na nossa reunião do dia 24 de maio, formalizem na Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente ou a proposta que vocês chegaram, de forma conjunta, com aumento do equilíbrio econômico e financeiro apresentado pela Votorantim e também com as sugestões tanto da comunidade, das comunidades afetadas com o PIU – e está aqui o Xandão, que representa a comunidade – como também a Associação Viva Leopoldina.

E aí, a Comissão de Política Urbana se compromete em analisar, e aí, sim, também

começar um processo de convencimento dos Vereadores e Vereadoras na Casa. Como em todo lugar, a democracia prevalece: aqui se vota por maioria. Alguns projetos – né, Silvia? – nós temos votado até por unanimidade, por conta de projetos que têm aí uma certa aderência de coletividade, de entendimento de todas as Bancadas, de todos os partidos.

E o PDE e o PIU também não são diferentes. Vai ver que há muitas questões, que foram solicitadas, que acabam não entrando, que podem gerar até um voto contrário de um Vereador ou não ao próprio PDE, revisão do PDE, e o PIU é a mesma coisa.

Mas fica aqui o compromisso de que vocês façam, de forma conjunta, um documento. A nossa reunião vai acontecer no dia 24 de maio, às 14h, lá no “plenarinho”, na Câmara. Um dos representantes pode – ou se for os três, até importante que faça a formalização da entrega na Comissão de Mérito, que é a Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente, na pessoa do Presidente, que é o Rubinho Nunes, que vai acolher essa proposta e o pedido de encaminhamento até para que a gente tire de alguns Vereadores que tinham alguma resistência ou por conta de uma interpelação legítima da Associação Viva Leopoldina, ou aqueles que vinham pedindo a votação por conta de entendimento da questão social e também da própria empresa que é interessada, até porque é uma proposta de interesse privado no PIU, que eu acho que é importante que a gente avance e avance para dar melhores condições de vida para todos aqueles que moram na Vila Leopoldina. Eu queria só fazer esse reparo e essa informação e aguardamos você, no dia 24, com essa apresentação.

Obrigado. (Palmas)

O nosso Subprefeito já recebeu elogios. É importante, Ismar - e eu falo que a região da Lapa, Leopoldina Pompeia, Perdizes, toda área de abrangência da subprefeitura Lapa - haver aqui várias pessoas que pensam diferente, mas, mais do que isso, é entender que o governo local é você, e as pessoas precisam estar lá no seu gabinete. Eu estive logo no início. Você abriu os gabinetes, a pedido inclusive do próprio Prefeito, para ouvir todo mundo e a gente, cada vez mais, buscar ter essa interlocução. Quando o Poder Público ouve as pessoas, a gente erra menos, erra menos.

Então, parabênizo por essa sua abertura, pelo café que nós realizamos lá no União Fraternal e da sua franqueza em querer aprender também com as pessoas do bairro. Isso é importante para a gestão.

Então, contem com a gente, Sílvia. Independentemente de qualquer questão político-partidária, de ser oposição ou não, a gente sempre pensa para o bem do bairro, com posições diferentes, e acho que a subprefeitura é o canal direto e a primeira porta de entrada que o município tem para fazer todas as suas reclamações, suas sugestões e suas críticas. É na subprefeitura.

Tem a palavra o Sr. Ismar Marcílio de Freitas Neto, e parabéns e sucesso no seu trabalho.

O SR. ISMAR MARCÍLIO DE FREITAS NETO – Obrigado pelas palavras, Vereador.

Fico muito feliz com essa oportunidade, de conversar com vocês. Eu acredito muito no diálogo entre população e o Poder Público. Eu estou há 45 dias na subprefeitura da Lapa e já vejo aqui vários rostos conhecidos. Muitos de vocês já estiveram lá comigo, conversando e me levando demandas. Isso é muito importante. Sobre os temas que a gente discutiu aqui, o Vereador Riva falou anteriormente sobre discordância, o que é normal a gente discordar em alguns pontos. Isso acontece aqui com vocês. Na Câmara Municipal de São Paulo, também isso acontece, mas há um objetivo comum, que eu não vejo como discordar. Quando a gente está falando de uma solução de moradia digna para uma população carente da nossa região, ninguém pode discordar disso. A gente tem que resolver isso. Quando essa solução que é apresentada está literalmente do outro lado da rua da comunidade, o impacto não é tão grande assim. Então, obviamente não é tão simples. Há algumas coisas ainda que precisam ser ajustadas, mas eu acredito que estamos todos na mesma página para essa solução, para esse objetivo comum, que é a solução de uma moradia digna para esse pessoal.

Gostaria de dizer que a subprefeitura está aberta a todos vocês, para a gente conversar, não só sobre os temas aqui debatidos, mas também sobre fiscalização da nossa região e sobre zeladoria da nossa região, que muito precisa ser feito.

Então, obrigado por essa oportunidade e estou à disposição de todos vocês.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado.

O recebimento das propostas, no *site* da Câmara Municipal da revisão do PDE, feito pela sociedade civil e pelos movimentos, se encerram na próxima segunda-feira, dia 15 de maio. É o prazo final para apresentação de propostas.

Tem a palavra a nossa sempre aguerrida Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Obrigada, Fabio Riva.

A maioria das pessoas aqui inclusive já esteve presente conosco em outras audiências públicas e eu vou abordar alguns temas aqui que foram próprios dessa audiência pública. Cada audiência pública tem temas diferentes, de acordo com o território e de acordo com as pessoas e eu acho que a questão do adensamento foi um tema que marcou essa audiência, principalmente trazido pelo movimento Pró-Pinheiros e eu queria colocar que o adensamento populacional é diferente do adensamento de construção. O que gera mais população no lugar não necessariamente é mais construção, porque pode haver construções onde não há população morando lá ou construções de alto padrão, onde há pouca gente morando, onde há um monte de vagas de garagem.

Então, o que existe hoje nessa proposta, nessa minuta do Plano Diretor, que nós achamos que não pode haver? Porque isso vai acabar fazendo com que haja mais construção, não necessariamente adensamento populacional.

A questão das vagas de garagem é uma delas. Então, nós estamos propondo uma emenda supressiva. O que é uma emenda supressiva? Ela retira da minuta do Executivo a autorização de duas vagas de garagem para empreendimentos de 120 mil metros quadrados nas áreas de eixo. Hoje para cada unidade é uma vaga de garagem; a minuta propõe que a cada 60 metros tenha uma vaga de garagem. Então, se a cada 60 metros tem uma vaga de garagem, em 120 metros vai poder ter duas vagas de garagem. Isso é um absurdo, porque em área de eixo não era nem para ter empreendimentos de 120 mil metros quadrados e com duas vagas de

garagem, contando que nos eixos tem que morar a população que precisa do transporte público. Essa é a lógica, esse é raciocínio. Então, se tem que ter moradores perto do eixo que precisem do transporte público, não tem nenhuma lógica em que lá se permitam empreendimentos de alto padrão com duas vagas de garagem.

Também nós estamos propondo uma emenda para que se fiscalize a questão da HIS. Porque muitos empreendimentos dizem que vão ser HIS, mas, na verdade, são estúdios. Então, não pode ter nenhum tipo de favorecimento, isenção para esse tipo de empreendimento. Acredito até que o Executivo também está com esse pensamento. É preciso que haja fiscalização desses empreendimentos. Não se pode construir dizendo que é HIS, dizendo que é Minha Casa Minha Vida, dizendo que é programa habitacional para as faixas 1 e 2 de renda e depois virar estúdio, que a gente sabe que não é para habitação popular.

E outra: Airbnb não é adensamento populacional porque é uma coisa episódica. Então, também não poderia ter Airbnb em área de eixo, porque isso não é adensamento populacional. Acho que a gente tem que caminhar nesse sentido. (Palmas)

E HIS? HIS sim, HIS pode e deve ter em área de eixo. Acredito que, pelas falas todas que eu ouvi do pessoal do Pró-Pinheiros, eles não se opõem a que haja empreendimentos para baixa renda. Ao que eles estão se opondo é que tem empreendimentos de alto padrão e de Airbnb e que estão fazendo com que o bairro tenha uma verticalização excessiva, totalmente desordenada, a bel-prazer dos grandes empreendimentos, das grandes construtoras. É isso que a gente quer evitar que aconteça nessa minuta final, nesse relatório final.

Nesse sentido também, a gente vai propor que não haja essa modificação no termo do PIU. Hoje é projeto de intervenção urbana, e na minuta está se propondo que se torne plano. Qual é a questão? Parece uma coisa simples, mas quando você torna plano, você retira a obrigatoriedade do EIA-RIMA, que é o estudo de impacto ambiental. Então, nós temos que deixar dentro da minuta a obrigatoriedade de estudos de impacto ambiental para os projetos de intervenção urbana. (Palmas)

Também a gente está propondo que a cota de solidariedade aumente o valor que os

empreendimentos tenham que pagar. Hoje são 20 mil metros quadrados, nós estamos propondo uma emenda que abaixe para 10 mil metros quadrados. Então, empreendimentos de 10 mil metros quadrados já têm que pagar a cota de solidariedade.

E sobre o quadro 5, acho que todas as demandas que vocês trouxeram aqui, que têm a ver com a preservação de florestas e matas, o relator Rodrigo teve que ir embora, mas acredito que vamos ver a questão da sensibilidade dele de acatar as reivindicações que vocês trouxeram.

- Manifestação no recinto.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Mapa 5 e quadro 7. Mapa 5, que é a questão da preservação, e o quadro 7, que é dos parques.

Vou entrar agora na questão do PIU Leopoldina. Nós temos algumas críticas aos PIUs de modo geral, não especificamente ao PIU Leopoldina; nossa crítica é por conta dessa questão de o financiamento sempre ser vinculado ao setor privado. Mas no PIU também tem coisas boas. E o que tem de bom no PIU é a questão da permanência da população de baixa renda e das comunidades nas áreas de PIU. Isso é a coisa mais importante que tem no PIU. (Palmas) E, disso, a gente não abre mão. Espero que no projeto que vocês vão levar à Comissão de Política Urbana isso não mude; porque, se mudar, a gente é contra. Somos contra qualquer retirada da população, de qualquer retirada de comunidades de ocupações, de favelas das áreas de PIU. Isso, de jeito nenhum.

Agora, tem uma coisa, Vereador Fabio Riva, que tem no PIU Leopoldina que eu gostaria que tivesse em todos os PIUs: a questão de só ter remoção depois da chave não mão. (Palmas) Essa é uma coisa que tem no PIU Leopoldina e que no PIU Jurubatuba também deveria ter.

- Manifestação longe do microfone.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Isso. Por exemplo: está para ser votado o PIU Jurubatuba, e o PIU Jurubatuba não tem isso. E a gente tem que ver uma forma, Vereador, para que tenha, porque, senão, muitas e muitas famílias vão ficar caindo no aluguel

social, que é de 400 reais – que não dá nem para alugar um banheiro na cidade de São Paulo – , e vão acabar indo para outra área de risco, para outro lugar. Então, não dá. Primeiro, tem que ser adiantado, talvez um adiantamento do Tesouro para construir as moradias.

- Manifestação longe do microfone.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Aqui é a própria empresa, mas lá no PIU Jurubatuba não é. Então, talvez nós precisemos de uma fórmula para que o Tesouro faça um adiantamento para que essa população possa ter a chave na mão. Aí, depois, com a chave na mão, barraco no chão, remoção.

Por último, a questão do zoneamento. Tem uma questão do Butantã - cadê o rapaz do Butantã? -, que é do zoneamento, que é transformar em Zepam, que é transformar em Zepac. Aí, a gente vai estar debatendo isso quando chegar na Câmara Municipal a questão da Lei de Zoneamento. Mas eu só queria adiantar que nós também estamos reivindicando que a questão da apreciação da Lei de Zoneamento seja com a maior tranquilidade e tempo possível (palmas), porque a gente não pode ter um processo atropelado. Nós temos uma crítica, que o processo de revisão do Plano Diretor poderia ter tido um pouco mais de tempo, um mês pelo menos. Nossa proposta era que a revisão do Plano Diretor fosse no primeiro semestre e a revisão da Lei de Zoneamento, no segundo semestre. A Lei de Zoneamento é muito mais específica. Cada um vai querer, ali, ver a sua área, a sua zona, e nós não podemos mexer nas ZEIS. É muito delicado mexer no zoneamento da cidade, isso não pode ser feito com pressa nem de forma atropelada. Tem que ser feito de forma democrática, e a democracia – concordo com muito do que foi falado aqui – não é só o espaço de escuta, mas também o espaço de acolhimento das propostas. Então, que as propostas possam ser acolhidas.

E na Lei de Zoneamento, a gente também não quer também que seja mexido na questão dos miolos de bairro, porque não pode ser que a construção da cidade seja de forma desordenada. Então, que se mantenha a questão da construção dos eixos, que não se avance a especulação imobiliária para os miolos de bairro.

É isso um pouco das questões que eu queria contribuir com esta audiência de hoje.

Obrigada a todos, todas e todes. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado.

Eu queria, já para o encerramento, agradecer mais uma vez ao Sr. Lamartine Posella, que é o Pastor Presidente da Yah Church, aqui representado pelo Sr. Daniel. Agradeço a toda a assessoria da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; à nossa intérprete de Libras; e a todos aqueles que dedicaram tempo para ajudar a construir uma cidade melhor.

Só voltando a reforçar que o recebimento das propostas da revisão do PDE se encerra na próxima segunda-feira, dia 15 de maio, no *síte* da Câmara Municipal.

E, não tendo mais nenhum assunto a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Tenham todos uma boa tarde.

Às mães, um feliz Dia das Mães com a família. Que Deus abençoe cada uma de vocês.

Obrigado. Boa tarde.